



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**ANÁLISE DA CARTILHA POLITICAMENTE CORRETO &
DIREITOS HUMANOS**

MARIANA ROZADAS CHAVES DE SOUZA

Rio de Janeiro
2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**ANÁLISE DA CARTILHA POLITICAMENTE CORRETO &
DIREITOS HUMANOS**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito parcial para obtenção do diploma de
bacharel em Comunicação Social – Jornalismo

MARIANA ROZADAS CHAVES DE SOUZA

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Collares Barbosa

Rio de Janeiro
2008

FICHA CATALOGRÁFICA

SOUZA, Mariana Rozadas Chaves de

Análise da Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos. Rio de Janeiro, 2008. 100 p.

Monografia (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientador: Gabriel Collares Barbosa

1. Politicamente Correto 2. Cartilha 3. Linguagem

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Análise da Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos**, elaborada por Mariana Rozadas Chaves de Souza.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Nota:

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Collares Barbosa

Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

Profa. Dra. Maria Helena Junqueira

Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Fundamentos da Comunicação – UFRJ

Prof. Augusto Gazir

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Londres - UL

Rio de Janeiro

2008

SOUZA, Mariana Rozadas Chaves de. **Análise da Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2008. Monografia (Graduação em Jornalismo). 100 p.

RESUMO

O trabalho pretende analisar a Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos, lançada pelo Governo Federal em 2004, como materialização e exemplo de um movimento que existe no Brasil há, pelo menos, duas décadas: o politicamente correto. O impresso é verificado como forma de expressão oficial deste procedimento que coexiste ao trabalho diário dos meios de comunicação e se alastra para a linguagem comum e informal em se promover uma modificação de determinadas terminologias em prol de outras. A intenção dessas substituições seria culminar na transformação das idéias atreladas aos vocábulos e, desta forma, contribuir para amenizar discriminações, diminuir preconceitos e desarticular juízos previamente concebidos e arraigados à determinada cultura; no caso, a brasileira. Além do manual do governo, a pesquisa observa também outras manifestações culturais que apontam para o mesmo sentido e aborda a aplicação prática desses ideais politicamente corretos, a reação de intelectuais e personalidades ao livreto e a dificuldade de adesão ao politicamente correto, por parte da população comum.

Palavras-chave:

1. Politicamente Correto 2. Cartilha 3. Linguagem

ABSTRACT

The work intends to analyze the Politically Correct Manual & Human Rights, launched for the Federal Government in 2004, as materialization and example of a movement that exists in Brazil, at least, for two decades: the politically correct one. The printed manual is verified as form of official expression of this procedure that coexists in the daily work of the media and it spreads to the common and informal language promoting a modification of terminologies in favor of others. The intention of these substitutions would culminate in the transformation of ideas linked to the words, in such a way, that they would contribute to brighten up discriminations, to diminish preconceptions and to disarticulate judgments previously conceived and leashed to determined culture; in the case, the Brazilian. Beyond the manual of the government, the research also observes other cultural manifestations pointing to the same sense of respect and approach the practical application of these politically correct ideals, the reaction of intellectuals and personalities to the booklet and the difficulty of adhesion to the politically correct one, on the part of the common population.

Key-words:

1. Politically Correct 2. Manual 3. Language

Ao meu pai, César, por me ter transferido amor ao Clube de Regatas do Flamengo (totalmente irrelevante neste trabalho) e por me fazer sempre atenta aos detalhes (fundamental aqui).

À minha mãe, Fatima, por me ter legado interesse por artes e gente (indissociáveis de minha personalidade em qualquer circunstância) e por língua portuguesa (primordial para este estudo).

Aos dois pela estrutura, carinho, apoio, dedicação e graça.

Ao meu irmão, Daniel, por tocar cavaquinho constante e incessantemente atrás de mim antes, durante e depois da feitura desta monografia. Por disputar comigo o computador, ignorando por completo o rito de passagem no qual me encontrava e por diariamente, me fazer exercitar o limite máximo da paciência do ser humano.

A vovó e vovô, Dededa e Sylvio, pelo xodó e esquindim de iaiá desde 1984.

À vovó Dudu, *in memoriam*, por todas as memórias.

À Aline, pela incondicionalidade, meiguice, pureza e por ser completamente diferente de mim.

À Filha, Taz, Thaís, Vinni e Xéo (em ordem alfabética), por reclamarem, mas compreenderem minha ausência, por serem Mariana Rozadas Futebol Clube independentemente da competição e estarem sempre na primeira fila.

Aos primos amados, Fabíola, Elisa, Dudu, Nenengico, Pedim, Bê e Paulinha (por ordem de chegada) pela garantia de diversão, gargalhadas e afeto.

À Dinda e às tias Vivinha e Marilena por também serem responsáveis pelo que vivemos todos.

Aos inclassificáveis: Wilson, pelo *help desk* e sorriso sempre disponíveis, de plantão 24 horas por dia, sete dias na semana, 30 dias ao mês, 12 meses por ano, há tempos, para qualquer assunto. À Ana Lúcia, pelo exemplo forte e sólido de amizade através de gerações e pelo conforto do alibi. À Ana Cristina por mais que fazer parte da minha vida, me permitir ser um pedacinho da dela também.

À Radiobrás por me ter apresentado ao jornalismo cidadão, ao funcionalismo público e às queridas Mari Schreiber, Flavinha Maria Martin e Beat.

À Flavinha e Luiza, por me serem amigas de faculdade e, portanto, da vida toda.

Aos companheiros de batalha diária, por fazerem os dias passarem mais alegre e calorosamente entre os vidros frios da Band: Polly, Carol, Thaís, Juju Dargans. Tiozão, Thi, Marinho, Claudião e Rodolfo.

Às exigências da ABNT e do Ministério da Educação, por só deixarem faltando, a partir de agora, plantar uma árvore e ter um filho. Pela oportunidade de registrar esses agradecimentos *à la* concurso de miss.

Ao Rafa, por sempre e para sempre.

Finalmente a Deus, por me ser a razão de tudo e qualquer coisa.

Ao meu orientador Gabriel Collares, pela dedicação, paciência, prontidão.

À Raquel Paiva por tornar esta formatura possível no tempo certo e ideal.

Dedico este trabalho também aos ótimos professores de Língua Portuguesa com quem pude topar ao longo da vida escolar e acadêmica; que me estimularam sempre a celebrar a beleza e o lirismo do nosso idioma: Arnaldo Guimarães, Dílson Taveira, Arenildo dos Santos, Paulo Carneiro, Mauro Ferreira, Agostinho Carneiro e Aluízio R. Trinta.

Ao insuperável mestre Marcus Vinícius Borges da Silva Machado, pelo cavalheirismo, gentileza, genialidade e todos os tantos ensinamentos.

"O que há, pois, num nome? Aquilo a que chamamos rosa, mesmo com outro nome, cheiraria igualmente bem". (William Shakespeare, 1594-1595, 'Romeu e Julieta')

"As coisas conversam coisas surpreendentes". (Caetano Veloso, 'Eu sou neguinha?')

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 Capa e contracapa Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos

Anexo 2 Artigo Deonísio da Silva no *site* Observatório da Imprensa

Anexo 3 Artigo João Ubaldo Ribeiro no *site* Observatório da Imprensa

Anexo 4 Artigo Luiz Antônio Magalhães no *site* Observatório da Imprensa

Anexo 5 Artigo Antônio Carlos Queiroz no *site* Observatório da Imprensa

Anexo 6 Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2 DESCRIÇÃO DA CARTILHA POLITICAMENTE CORRETO & DIREITOS HUMANOS

3 ANÁLISE DE DISCURSO

3.1 O método

3.2 Psicanálise

3.3 Língua Portuguesa

4 ANÁLISE DA CARTILHA

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

7 ANEXOS

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, visa avaliar e discutir a Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos, lançada pelo Governo Federal em 2004 (v. anexo 1). O impresso será tratado nesta monografia como materialização e símbolo no Brasil de um movimento vigente desde o século XIX e presente nos dias atuais na cultura ocidental em direção ao que se chama “politicamente correto”.

O procedimento politicamente correto prega que a mídia e outros setores da sociedade responsáveis por formar pensamentos devam se esmerar em modificar idéias estigmatizantes já estabelecidas e arraigadas a determinadas culturas. Na maioria das vezes, as opiniões pré-concebidas subjagam classes, grupos, ou circunstâncias sem que se questione a veracidade ou a pertinência individual dos conceitos. Para o caso específico desta análise da Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos que é proposto aqui, serão observadas as correntes que defendem que, em se firmando uma reforma vocabular nos discursos oficiais e de imprensa, as posturas sociais sofrem, como consequência, uma reorganização conceitual e prática, que pode e deve ser usada em favor de diminuir-se as discrepâncias, os pontos de conflito e a intolerância por parte dos grupos diferentes que coexistem em um mesmo universo.

Antes de tratar do impresso lançado pelo Governo Federal que serve de alicerce para a justificação e questionamento de idéias deste estudo, o próprio surgimento da metodologia politicamente correta será analisado, levando-se em consideração o cenário em que aparece, os intelectuais que aderem e os que rejeitam suas opiniões, além das implicações práticas desta postura. Os pensadores que defendem a doutrina mesmo antes desta denominação e que contribuíram para a sua constituição serão abordados; além dos autores que renunciam o politicamente correto, que o associam à censura e a uma expressão antinatural das idéias. Observaremos diversas linhas de pensamento: aquelas que estimam que a expressão dos juízos existe para além da oratória consciente; as que apontam a substituição de terminologias como ação de mudança urgente e fundamental e aquelas que consideram as ações “corretistas” desnecessárias, infundadas e até mesmo chatas.

Também serão estudadas a Teoria do Desvio e dos Valores de Conduta, esta última que se baseia nas denominações do meio para argumentar as raízes e a

necessidade de algumas modificações. Este conceito denota que toda organização social só é reconhecida como tal a partir da adoção de determinadas subdivisões. Essas se portam como regras de padrões de comportamento, hábitos e tradições a serem seguidos. A doutrina lembra também a existência dos indivíduos e grupos destoantes e aborda a maneira com que são encarados. Os “diferentes” costumam ser tratados com discriminação e repressão e essas características não fogem de ser expressas pela linguagem vigente naquele universo social. É a partir dessas desvirtuações que surgem as piadas, os estigmas e o preconceito, tão criticados pelo politicamente correto.

As fontes, a incorporação e a manifestação das idéias de senso comum são outros aspectos que também serão abordados; as circunstâncias e condições que deram origem ao surgimento do politicamente correto, a aceitação ou não deste paradigma e as formas de sugestão e imposição das idéias e ideais “corretos” vão aparecer nesta pesquisa. Politicamente correto e incorreto, portanto, serão mostrados como manifestações sociais inseridas em determinados contextos, que também serão apresentados, tendo como território-foco o Brasil.

A linguagem será sempre tomada como base deste exame; falaremos de psicanálise e das vias de construção do pensamento vigente, que nos apontam para o *boom* politicamente correto das duas últimas décadas. A linguagem desempenha papel significativo neste processo e por isso, será tratada não como mero instrumento, mas como a própria via de manifestação e afirmação de um paradigma diante de determinado ambiente.

Outra especificidade é a Língua Portuguesa. As nuances e as características particulares do idioma falado no Brasil, além das peculiaridades da cultura brasileira em aceitar ou incorporar conceitos politicamente corretos serão tratadas. Analisaremos também, a título de ilustração, outros exemplos que não se limitam à Cartilha do Politicamente Correto & Direitos Humanos e expressam a existência do movimento politicamente correto no Brasil e no mundo.

Ao abordar a Cartilha, notaremos que a intenção do livreto era a de sugerir novas terminologias para corrigir preconceitos. Noventa e seis verbetes e expressões popularmente conhecidos foram expostos à análise de especialistas, que pretendiam tirá-los de circulação em prol de outros que julgavam mais apropriados. As maneiras como esta crítica foi executada e o resultado dela também são fatores que serão aqui examinados. Além disso, a própria Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos será apresentada e analisada. Vamos esmiuçar os termos escolhidos para a edição, a

maneira com que foram apresentados, as idéias atreladas a eles, as falhas, os pontos bem sucedidos etc. Falaremos das intenções do livreto, das circunstâncias em que foi emitido, da equipe responsável pelo projeto, do público alvo pretendido e, claro, da reação da opinião pública ao lançamento do manual. As conseqüências da publicação da Cartilha também estarão presentes neste estudo.

Entre os objetivos deste trabalho está o de chamar a atenção da população comum e da própria mídia para o estabelecimento de um senso comum politicamente correto. Este procedimento pode, muitas vezes, passar despercebido no dia-a-dia, mas suas intenções e motivações não devem ser deixadas de lado. Perguntamo-nos o que leva uma gestão democrática de Presidência da República a lançar um livreto explicativo sobre expressões que devam ser evitadas em lugar de outras. Este trabalho questiona a necessidade de oficialização e registro destas sugestões vocabulares, procura observar as causas históricas que possam justificar este fim, além dos próprios intentos da Cartilha. Ao notar as demandas para a execução deste projeto, tentaremos identificar também de onde partem os aspectos propostos e considerados mais corretos que aqueles que se pretendem substituir. Queremos saber que tipo de construção de pensamento aponta para o novo paradigma suposto, quem são os pensadores e quais as passagens histórico-sociais que fundamentam este novo senso comum que se pretende acessar e estabelecer.

Outra motivação é procurar notar quais os elementos que fazem a consciência politicamente correta galgada no Brasil ser compatível com este movimento nos outros lugares em que se destaca, como nos Estados Unidos, por exemplo. O que faz sociedades distintas se aproximarem em torno de um mesmo conceito, quais são e onde estão os fios condutores desta jornada são outras perguntas que, se não se consegue responder, ao menos se pretende lançar com esta pesquisa.

Para isso, poderemos considerar como ponto de partida do trabalho a análise de discurso à luz de Milton José Pinto e de Michel Foucault, principalmente. Notaremos de que forma esses autores consideraram as construções e as conseqüências da linguagem no dia-a-dia de uma sociedade e a importância dos meios de comunicação nesta dinâmica. Suas teorias não se limitam a avaliar as enunciações deslocadas de contexto, ao contrário: salientam que a maneira ideal de se abordar a temática é através da observação do maior número de fatores possíveis, uma vez que todos são perpassados pela linguagem e, portanto, todos se tornam atuantes no aspecto final das circunstâncias sociais.

A estreita relação entre linguagem e psicanálise também vai ser observada através de Sigmund Freud. Ele defende que nenhum dos elementos que constituem e organizam um universo social escapam à linguagem e se aprofunda, justamente, nas manifestações “extra-oficiais” que denotam um discurso, tais como os atos falhos, as ironias, os deboches e as piadas, muito características da personalidade do povo brasileiro que, na maioria das vezes, vai de encontro ao procedimento politicamente correto. Será por intermédio de Freud que vamos perceber as formações inconscientes, mas nem por isso destoantes, dos procedimentos lógicos e internos da linguagem.

Além disso, diversas mídias como publicações em sites, revistas e jornais serão utilizadas como provas de expressão da opinião pública acerca do assunto. Seja apresentando idéias ou demonstrando reações a elas, a própria aparição do tema e a frequência com que surge nos meios de comunicação, serão analisadas como fatores importantes, que denotam a pertinência da abordagem deste assunto na atualidade, não somente na imprensa, mas também em um estudo como este.

2 DESCRIÇÃO DA CARTILHA POLITICAMENTE CORRETO & DIREITOS HUMANOS

A Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos lançada pelo Governo Federal em 2004 tinha o objetivo de auxiliar profissionais responsáveis por formação de opinião a não ofender, destratar, menosprezar ou subjugar nenhum interlocutor; ajudá-los a não se trair por utilizar expressões preconceituosas sem "se dar conta". Através dessa sutil "reforma vocabular", a intenção era que as falas promovidas nos discursos oficiais, se alastrassem também para o dia-a-dia e, como consequência, influenciassem a população em geral, em um movimento de longo prazo. A modificação da linguagem poderia contribuir para a transformação também do pensamento vigente. Em se mudando os termos, os conceitos também seriam reformulados e desta forma, algumas discriminações diminuiriam, outras se tornariam menos presentes e a comunicação oral contribuiria para o exercício da cidadania e dos direitos humanos no país.

A idéia, apesar de incipiente, era positiva, uma vez que ao se corrigir um termo, corrige-se também a idéia atrelada a ele. Porém, a execução foi superficial. Além dos noventa e seis verbetes contidos na Cartilha, muitas outras expressões comuns poderiam ser listadas como preconceituosas e inferiorizantes. O impresso deixa a desejar, na maioria dos casos, nas argumentações que justificariam a anulação ou a substituição das palavras ou expressões do cotidiano. Muitas vezes, o leitor se percebe tentando pensar em algum termo alternativo àquele que se pretende descartar, mas o livreto não contribui. Além disso, as observações do manual desconsideram qualquer possibilidade de bom-senso por parte dos interlocutores e receptores. Algumas palavras que sugere serem rejeitadas possivelmente não fazem parte, ao menos da preleção oficial de profissionais formadores de opinião, devido ao caráter pejorativo e preconceituoso de determinados verbetes.

2.1 O politicamente correto

A idéia de um discurso pensado e construído, porém, não agrada a todos. Há quem afirme que a expressão verbal deva ser livre para ser honesta. O intelectual francês Vladimir Volkoff (2001) defende que o politicamente correto serve,

atualmente, para manipular informações. Para ele, esta “moda” que pegou no mundo todo, é proveniente do fim do comunismo, e nasceu como consequência da decadência do espírito crítico da identidade coletiva social, nacional, religiosa ou étnica. Em “Pequena História da Desinformação – do Cavalo de Tróia à internet”, Volkoff afirma que o politicamente correto não é passível de definição, posto que carece de conteúdo. Para ele, o politicamente correto se expressa sobre restos de um cristianismo degradado, de um socialismo reivindicativo, de um economicismo marxista e de um freudismo em permanente rebelião contra a moral do ego; que seriam suas fontes de surgimento, ao mesmo tempo em que servem como próprias bases de sustentação. Tratando o maniqueísmo, Volkoff aponta para a contraditória intolerância dos defensores do politicamente correto. Aqueles que, a princípio, se apóiam na flexibilidade de conceitos para buscar alternativas aos vocábulos que julgam impertinentes, muitas vezes se mostram intolerantes com os que não consideram o politicamente correto relevante. Para ele, a parcela má do antagonismo que o politicamente correto supõe seria pautada em dados precedentes à opção e à atitude dos indivíduos, como etnia, sociedade, histórico, orientação sexual etc. Por isso, tais condições não poderiam ser modificadas ou equiparadas em oportunidades diante de suas origens, mas sim, calcadas durante o desenvolvimento e a composição final desses aspectos.

Volkoff considera o politicamente correto uma epidemia de uso comum entre intelectuais desarraigados, que já contagiou boa parte do senso comum dos “formadores de opinião”, mesmo sem que esses se dêem conta disso. O processo que chama de “desintoxicação”, ele considera difícil, alegando que a mídia e os grandes meios de comunicação de massa são os responsáveis por disseminar e promover o contato de cada vez mais pessoas com as idéias politicamente corretas. Um “militante às avessas”, Vladimir Volkoff prega que os indivíduos devam se proteger, tomar consciência do pensamento politicamente correto que lhes ronda e pôr em prática a renúncia às terminologias politicamente corretas e às ideologias sobre as quais se apóia. Para ele, o politicamente correto anula tudo ao redor que não seja o que considera verdade absoluta, indiscutível e irrefutável. O intelectual defende que o discurso corretista acaba por se tornar um mimetismo, um falar sempre como os demais.

O vocabulário politicamente correto é condenado por ser o principal veículo de transmissão dos conceitos e também a ferramenta de transformação de pensamento. A linguagem, portanto, mostra-se unânime ao desempenhar tal função. Para Volkoff, o pensamento é pasteurizado, infundado, uma “fé débil” que não resiste a uma enérgica

aplicação de críticas e questionamentos. Defende também que o consenso irrestrito ao politicamente correto prepara o terreno para a desinformação e para a expansão da mundialização. Pare ele, a partir do momento em que todos acreditarem cegamente nas idéias que são sugeridas como verdades, logo essas se tornarão impostas através de truques, como se não existissem nem verdades nem mentiras e todos estarão preparados para receber a mesma propaganda e participar da mesma opinião pública fabricada para consumo universal. O perigo desta aceitação seria, justamente, a falta de critério diante do que é consumido e, principalmente, o benefício unilateral, na direção de quem manipula a informação.

Vladimir Volkoff considera o politicamente correto supranacional e afirma que o nascimento desta “ideologia” aconteceu em determinadas universidades americanas. Em pouco tempo, porém, expandiu-se rapidamente por todo o mundo, mas encontra grande resistência em países de tradição cristã-ortodoxa, supõe, devido à propaganda comunista, ou à própria fé religiosa. Mas não há dúvidas que este tipo de pensamento é típico estadunidense. Henry Beard e Christopher Cerf (1992), norte-americanos, são autores do bem-humorado “Dicionário do Politicamente Correto”. Os dois consideram o politicamente correto um modo de falar que supostamente não fere os sentimentos de pessoas pertencentes a grupos marginalizados ou em algum tipo de desvantagem.

O escritor Félix Maier corrobora a idéia de Volkoff. Em artigo publicado no site Mídia Sem Máscara, em 13 de agosto de 2004, ele afirma que o politicamente incorreto, a que chama de “língua de pau” como Vladimir Volkoff, foi adotado como língua oficial pelos antigos países comunistas. A “língua de pau”, por sua vez, seria uma forma rígida de expressão que se utiliza de imagens lingüísticas e de figuras de retórica para fazer propaganda ideológica, como a alegoria, o eufemismo, a prosopopéia e a metonímia. Além disso, a base seria um maniqueísmo simplista usado para exaltar suas próprias virtudes e demonizar o inimigo.

Maier defende que o movimento em direção ao politicamente correto que ocorre atualmente, embora pareça oposto, é, na realidade, semelhante. Ele ressalta que as antigas línguas de pau, tanto dos comunistas quanto dos nazistas, ao menos tentavam camuflar o objetivo ideológico que havia por trás das palavras colocadas em desuso, que tinham a intenção subliminar de difundir a desinformação. O politicamente correto de hoje não teria nenhum escrúpulo em assumir sua postura ideológica, pós-socialista e que se pretende impor a todos. Para embasar sua crítica, o escritor cita exemplos. Ele conta que os proprietários do Dicionário inglês *Webster* foram obrigados a tirar algumas

palavras consideradas "ofensivas" aos negros e que a Universidade de Oxford, nos EUA, e além disso, lançaram uma versão "politicamente correta" do Novo Testamento: "Novo Testamento e Salmos: uma versão não-excludente". A nova tiragem conta com alterações, como:

A expressão Deus Pai passa a ser Deus Pai e Mãe; a oração Pai-Nosso recebe o nome de Pai e Mãe Nossos; foi excluído o termo 'escuridão' como sinônimo do mal por ter conotação racista; eliminaram-se as acusações de que os judeus mataram Jesus Cristo; as mulheres deixam de ser 'sujeitas' aos maridos e passam a ser 'compromissadas'; as crianças devem 'prestar atenção aos pais', não 'obedecê-los'. ("Deus Pai e Mãe", *in* revista Istoé, 6/9/1995).

O fato de os Estados Unidos serem o berço do politicamente correto não chama atenção. O país já protagonizou em seu território e fora dele, diversas lutas entre grupos distintos, guerras e todos os tipos de conflitos galgados na intolerância, que pode ser considerada um dos traços marcantes daquela sociedade. Apesar disso, o país é também um pioneiro na defesa dos direitos humanos e guarda tradição, principalmente em suas metrópoles, de convivência pacífica entre grupos diferentes, de leis que beneficiam minorias e de respeito às individualidades. À medida que tais grupos fizeram valer seus direitos, diversos hábitos sociais foram sendo modificados e ainda o são, constantemente. A falta de jogo de cintura clássica dos norte-americanos, porém, faz com que, muitas vezes, este movimento sadio e confortante de se corrigir o que há de errado e rapidamente incorporar à sociedade um novo padrão, beire o caricatural. As universidades americanas são o cenário ideal para batalhas verbais, que não raro, chegam aos tribunais. Muitos estabelecimentos de ensino superior e empresas dispõem de manuais que ensinam não apenas como falar sem ferir suscetibilidades, mas também como proceder em situações potencialmente perigosas, passíveis de processos, prisões ou outros constrangimentos.

O politicamente correto corresponde, definitivamente, a um determinado cenário histórico. Talvez seja a mais pura expressão de grupos marginalizados em busca de respeito e reconhecimento social; traduz séculos ou milênios de opressão sutil ou brutal, mas freqüentemente se reveste de exagero. A "onda" politicamente correta pode representar um testemunho atual e curioso de uma época de redenção contra o *status quo*, sem revolução ou rebeldia.

2.2 Politicamente correto e politicamente incorreto no Brasil

Além da questão da língua em si, no Brasil, o politicamente correto enfrenta muitas barreiras. A linguagem diária é absolutamente metafórica e poucas expressões significam somente o que as palavras designam. Não é de se espantar que estrangeiros sintam tanta dificuldade em dominar o idioma português brasileiro. Tudo pode ter duplo ou diversos sentidos. Por característica, o povo é irreverente, debochado, criativo e auto-depreciativo. Como não poderia deixar de ser, a linguagem reflete tais atributos. Numa via de mão-dupla, a fala expressa o pensamento vigente no homem comum, que articula tais idéias através da comunicação oral. Os líderes que mais se aproximaram do povo até hoje foram, justamente, aqueles que souberam “falar sua língua”. E não somente através de discursos, como também de posturas e atitudes, mesmo que seus ideais políticos em nada tivessem a ver com os interesses ou ações que melhorariam a vida da população.

Nos tempos de ditadura militar, a expressão foi tolhida de liberdade. A censura prévia instituída não permitia que qualquer membro da sociedade civil se manifestasse contrário ao regime. O que poderia ter-se tornado responsável por um hiato na cultura e na atividade política do país, subverteu tal panorama. A proibição fez-se estímulo e as maneiras com que artistas, jornalistas, intelectuais e outros grupos usaram para burlar a vigilância dos repressores faz com essa seja uma das passagens mais importantes, comentadas e estudadas da história do Brasil. Aqueles que dominavam bem os artifícios de que a linguagem e a gramática brasileira dispõem foram os que se saíram melhor. Apesar do trabalho constante da Divisão de Censura de Diversões Públicas, conhecida como DCDP, muitas das grandes obras-primas da nossa cultura e história passaram à publicação. Não fossem os artifícios lingüísticos, dificilmente teríamos em mãos tamanho patrimônio.

Com o início da abertura política, já no final dos anos 70, houve uma explosão de liberdade verbal. Expressões de baixo calão, palavrões, todas as figuras de linguagem possíveis passaram a ser empregadas na imprensa, nas artes e, é claro, nas esquinas. Como um grito sufocado, aquilo que não pôde ser dito antes passou a ser ouvido por todos os lados. O politicamente incorreto verbal ganhou força além da birra, tornou-se estilo de uma época, acompanhando todas as outras mudanças que surgiam naquele momento.

O periódico “O Pasquim” é a publicação símbolo daquele tempo: humor, sarcasmo, sexo, política, tabus e irrelevância, tudo junto, sendo feito a dezenas de pares de mãos. Algumas das mais brilhantes mentes que o país já produziu, falando não em uma só voz, mas em várias ao mesmo tempo, sobre diversos assuntos. E da maneira mais livre que poderiam fazer.

A televisão brasileira ganha força na mesma época com a Rede Globo – que já vinha crescendo desde o fim dos anos 60 – e a assinatura do contrato de colaboração tecnológica e financeira entre Roberto Marinho e o grupo norte-americano Time-Life. Programas humorísticos como “Chico City”, de Chico Anysio, em que vários atores se revezam entre diversas personagens, abordavam os mais diversos temas em esquetes rápidas, com *timing* de piada. Política, religião, homossexualidade, comportamento, tudo era alvo de sátira. Bordões eram incorporados ao dia-a-dia do povo a cada semana, estereótipos vinham sendo formados e reforçados e ninguém era alvo de processo por ironizar personalidades ou situações. Ao contrário: havia afeição em se falar de tudo, tratar de todos os assuntos possíveis.

Na mesma emissora, outro sucesso era o seriado “A Grande Família”. Em princípio, uma versão da série americana “Tudo em Família”, o programa e as personagens foram reformulados para se tornarem mais tipicamente brasileiros. A narrativa dos episódios se concentrava numa família unida, que tentava sobreviver às dificuldades financeiras e de relacionamento daquele cenário. As críticas sociais eram feitas de forma muito criativa, na tentativa de driblar a censura e a série era muito querida pelo público.

Já na década de 80, a psicóloga e sexóloga Marta Suplicy, que foi Ministra do Turismo de 2007 a 2008, ancorou um quadro sobre sexualidade no programa “TV Mulher”, também da Rede Globo. Se fosse ao ar atualmente, o programa certamente seria alvo de críticas dos politicamente corretos por se classificar e tratar temas tidos como “femininos”. Além de jornalismo, o programa apresentava quadros de Comportamento, Astrologia e Moda. Mesmo que de maneira setORIZADA e sexista, tais temas eram abordados. Havia um movimento geral em se tocar questões que até então não eram tidas como relevantes: a posição social da mulher, que vinha se modificando, a aceitação do universo homossexual fora dos guetos a que antes eram reservados, e política, muita política. A discussão racial, neste momento, ainda não apresenta grande força na mídia, como viria a acontecer nos anos 90.

Com o passar do tempo, a redemocratização primeiramente indireta do país, a desconfiança naquele novo-velho sistema – que a qualquer momento parecia poder ser tomado de assalto – fez com que a política brasileira, sob uma tendência mundial, caminhasse cautelosa, a passos curtos. A morte do presidente eleito, um mandato de transição e finalmente eleições diretas para presidente foram os traços desse caminho. Como se não bastasse, um sindicalista, ex-torneiro mecânico é candidato, chega ao segundo turno, mas perde na edição de tevê do debate, antes das eleições. O candidato marajá que acalanta os conservadores, pelo menos foi eleito pelo voto. Um golpe e um *impeachment* depois, a opinião pública permanece caminhando, só que agora, o movimento já tende à inércia. Não há mais escândalo com o que se diz por aí, as expressões modernas ficam comuns, todo mundo fala palavrão e trata sobre sexo com a maior naturalidade possível. O novo envelhece e o politicamente incorreto, ao mesmo tempo em que perde força, perde a graça.

Saltando-se quase duas décadas depois, nos deparamos com o sindicalista, ex-torneiro mecânico, eleito presidente por duas vezes consecutivas. Um pouco antes disso, porém, no começo de seu primeiro mandato, em 2005, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Governo Federal lança a Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos. A publicação reunia noventa e seis palavras, expressões e piadas consideradas pejorativas, de cunho generalizante e discriminatório contra pessoas ou grupos sociais, e que por isso, deveriam ser banidas do vocabulário de parlamentares, professores, policiais, jornalistas, representantes de organizações não-governamentais e pessoas envolvidas com políticas de direitos humanos, a quem foi distribuída. O “manual sobre o que não falar” foi severamente criticado pela opinião pública. Um dos opositores mais veementes à cartilha foi o jornalista, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras João Ubaldo Ribeiro, que considerou as orientações propostas equiparáveis à censura prévia.

Depois de instaurado o mal-estar por conta das recomendações e do próprio presidente da república utilizar expressões condenadas pela cartilha em seus discursos oficiais, o impresso foi retirado de circulação. Mesmo assim, os mais atentos são surpreendidos freqüentemente por novas terminologias usadas pela mídia para designar velhas expressões conhecidas da população. Seja com o surgimento de personagens de novela “portadores de necessidades especiais”, seja festejando a cultura “afro-descendente” em novos feriados, o fato é que há um movimento coletivo em se

modificar determinados termos em favor de outros que não possam ser associados a idéias pejorativas e desvincular pré-conceitos de expressões.

Um exemplo de movimento neste sentido é o das novas versões para velhas brincadeiras tradicionais da cultura brasileira. De acordo com reportagem da Revista Veja, Edição 1948, de 22 de março de 2006, cantigas de roda e canções de ninar estão tendo suas letras modificadas para versões politicamente corretas, sem que se leve em consideração a origem histórica dessas manifestações culturais. As menções à crueldade são suprimidas sob a alegação de que as letras originais estimulariam o "medo" e o "lado violento" das crianças. O fenômeno surge em escolas pré-primárias, onde os alunos aprendem versões adaptadas das velhas cantigas de roda. Nas letras, personagens do folclore nacional deixam de ser assustadores, animais são reverenciados e o desfecho das histórias cantadas é invariavelmente feliz. O clássico "Atirei o Pau no Gato", por exemplo, foi transformado em "Não Atire o Pau no Gato". A idéia central da nova versão está sintetizada na última frase da cantiga: "Não devemos maltratar os animais". Outras canções desse repertório são o "Boi da Cara Preta", que se tornou "Boi do Piauí" e "O Cravo e a Rosa", que ganhou uma estrofe segundo a qual o cravo protagonista do enredo termina curado, ao contrário do que diz o texto original.

Adaptações na letra de músicas folclóricas sempre ocorreram no Brasil e no resto do mundo, mas o que chama atenção nesse caso é o fato de as novas versões terem passado a fazer parte do currículo oficial de colégios e ainda, serem apresentadas às crianças como mais corretas do que as músicas originais. Um dos argumentos mais usados pelas escolas para ensinar as novas letras é que elas têm função educativa. Por essa razão, muitas vezes são apresentadas aos estudantes ao lado das versões iniciais, com o objetivo de enfatizar a diferença entre as duas e, ao final, fazê-los concluir que a canção politicamente correta traz exemplos mais positivos a serem seguidos. Sobre o "Não Atire o Pau no Gato" diz-se que a letra estimula os estudantes a desenvolver um senso de "responsabilidade ecológica". O "Boi da Cara Preta" tornou-se "do Piauí" para soar menos assustador. Os professores também estão deixando de cantar o velho "Cachorrinho está latindo lá no fundo do quintal / Cala a boca, cachorrinho / Deixa o meu benzinho entrar" para colocar em seu lugar uma versão em que não se pede ao cão para "calar a boca" e sim "ficar quieto". A razão para tal mudança seria enfatizar a idéia de que homens e animais devem ter uma convivência pacífica.

Os críticos apontam pelo menos dois motivos para repudiar este movimento musical. O primeiro é que, ao arbitrar sobre o folclore, provoca-se um empobrecimento

cultural que pode ser irreversível. Segundo a literatura especializada, há registros da presença de canções infantis brasileiras protagonizadas por seres assustadores desde o século XVII. As cantigas de roda em questão expressam tradições antigas e funcionam como o espelho da época em que surgiram. Espera-se até que, ao longo dos séculos, adquiram novos coloridos regionais e tenham suas letras pouco a pouco alteradas. O mesmo ocorreu com contos de fada como Chapeuzinho Vermelho, A Pequena Sereia e Cinderela, que ganharam inúmeras versões. Tanto o caso das cantigas de roda como o dos contos de fada ilustram a dinâmica da tradição oral. O que os difere, segundo os especialistas, é um ponto básico: enquanto os contos mantiveram em sua essência as ambigüidades e os conflitos típicos da espécie humana, as novas versões para as cantigas de roda são assépticas e desprovidas de emoção. Além disso, elas são apresentadas de forma arbitrária, como a expressão de um ideal de comportamento.

A outra ressalva dos críticos da leva de cantigas politicamente corretas é que ela parte do pressuposto equivocado de que as crianças são, necessariamente, influenciadas pela letra das músicas. Estudos sobre o assunto indicam justamente o contrário, que o que o que mais atrai as crianças nas cantigas de roda do mundo inteiro são o ritmo e as brincadeiras que se originam a partir delas e não o significado da letra. Foi o que constatou uma pesquisa conduzida pela Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, que perguntou a 3 mil crianças o que elas concluíam depois de escutar tradicionais cantigas de roda cujos personagens centrais eram seres assustadores. Oitenta e três por cento responderam que nem sequer prestavam atenção à letra.

Em contrapartida, pode-se notar ações contrárias ao corretismo, é claro. Livros, filmes, seriados de televisão e desenhos animados cada vez mais abordam a subversão dos conceitos politicamente corretos. Sem contar os inúmeros jogos de videogame e de computador que não somente abordam, mas exaltam comportamentos rebeldes. Todo movimento social inspira um contra-movimento e isso não é diferente com o politicamente correto.

2.3 Apresentação da Cartilha

A Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos foi lançada em 2004 mediante um convênio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos com a Fundação Universitária de Brasília, a Fubra, ligada à Universidade de Brasília. Na época, o

Presidente da República era Luiz Inácio Lula da Silva e Nilmário Miranda era o Secretário Especial dos Direitos Humanos. O Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos era Perly Cipriano e o Presidente da Fundação Universitária de Brasília, Edeijavá Rodrigues Lira. A pesquisa e o texto são de Antônio Carlos Queiroz.

A Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos foi distribuída pela primeira vez na Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada na Câmara dos Deputados em junho e julho de 2004. A tiragem inicial do livreto, contendo noventa e seis verbetes a serem banidos ou evitados do vocabulário de determinados profissionais foi de 5 mil e custou cerca de 30 mil reais.

Os exemplares seriam distribuídos a parlamentares, professores, jornalistas, policiais e outros “formadores de opinião”. O subsecretário Perly Cipriano foi o responsável pela coordenação gráfica e editorial. O projeto gráfico ficou a cargo de Honir Soares Valentim, a capa era de Sandro Canedo e a normalização de Maria Amélia Elizabeth C. Veríssimo.

A idéia de editar a Cartilha foi do próprio subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Perly Cipriano. Ele conta que se inspirou em demandas trazidas por muitos movimentos sociais que se relacionam com a secretaria - grupos de negros, homossexuais, mulheres, idosos, judeus. Quando a idéia começou a ganhar corpo, Cipriano procurou o Conselho de Combate à Discriminação e recolheu novas sugestões para o trabalho.

Em sua apresentação o impresso se propõe, em nome da Secretaria Especial dos Direitos Humanos a colaborar para a construção de uma cultura de direitos humanos no país. A intenção era que a Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos chamasse a atenção de toda a sociedade para o que o historiador Jaime Pinsky considera “os preconceitos nossos de cada dia”. Já em seguida, o texto se direciona àqueles para quem o impresso foi pensado:

(...)Todos nós – parlamentares, agentes e delegados da polícia, guardas de trânsito, jornalistas, professores, entre outros profissionais com grande influência social – utilizamos palavras, expressões e anedotas, que, por serem tão populares e corriqueiras, passam por normais, mas que, na verdade, mal escondem preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais. Muitas vezes ofendemos o “outro” por ressaltar suas diferenças de maneira francamente grosseira e, também, com eufemismos e formas condescendentes, paternalistas.(QUEIROZ, 2004, p.3)

O autor explica que a idéia do título “Politicamente Correto”, tem, em parte, sentido provocador e teria sido escolhido propositalmente para chamar a atenção dessas classes formadoras de opinião para o problema do desrespeito à imagem e à dignidade das pessoas consideradas diferentes. Além disso, o texto já de início se defende de possíveis críticas: “não queremos promover discriminações às avessas, ‘dourando a pílula’ para escamotear a amargura dos termos que ofendem, insultam, menosprezam e inferiorizam os semelhantes que consideramos ‘os outros’”. O glossário, portanto, deveria servir para, primeiramente, apresentar as expressões pejorativas comumente usadas no dia-a-dia, para depois comentá-las. As explicações deveriam ser suficientes para convencer os leitores a extingui-las de seus vocabulários. A intenção de incentivar o debate e fomentar a reflexão, considerava as circunstâncias em que os próprios emissores podem ser tomados como “diferentes” diante de determinados interlocutores. A idéia de respeito mútuo é mostrada como primária na cartilha.

(...)Se queremos ser respeitados, devemos respeitar. No mínimo, para cumprir o princípio de que todos os homens e mulheres são iguais, independentemente de origem, cor, sexo, orientação sexual, condição social e econômica, credo religioso, filiação filosófica ou política etc.
Perly Cipriano
Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
(QUEIROZ, 2004, p.3)

O livreto se pretendia uma obra em construção e contava com a colaboração ativa dos leitores. Havia a intenção de se publicar novas edições da Cartilha baseadas em sugestões de outros verbetes a serem esmiuçados e restringidos. As contribuições deveriam ser encaminhadas à Secretaria Especial de Direitos Humanos através de carta, fax ou correio eletrônico, expostos no próprio impresso.

Na introdução aparece a retomada de Jaime Pinsky de “O preconceito nosso de cada dia”, citados na apresentação da Cartilha. O historiador Pinsky é professor da Unicamp e organizador de vários livros que têm como tema central a cidadania.

Preconceito, nunca. Temos apenas opiniões bem definidas sobre as coisas.
Preconceito é o outro quem tem...
Mas, por falar nisso, já observou o leitor como temos o fácil hábito de generalizar (e prova disso é a generalização acima) sobre tudo e todos?
Falamos sobre “as mulheres”, a partir de experiências pontuais; conhecemos “os políticos”, após acompanhar a carreira de dois ou três; sabemos tudo sobre os “militares” porque o síndico do nosso

prédio é um sargento aposentado; discorremos sobre homossexuais (bando de sem vergonhas), muçulmanos (gentinha atrasada), sogras (feliz foi Adão, que não tinha sogra nem caminhão), advogados (todos ladrões), professores (pobres coitados), palmeirenses (palmeirenses é aquele que não tem classe para ser são-paulino nem coragem para ser corintiano), motoristas de caminhão (gossos), peões de obra (ignorantes), sócios do Paulistano (metidos a besta), dançarinos (veados), enfim, sobre tudo. Mas discorremos de maneira especial sobre raças e nacionalidades e, por extensão, sobre atributos inerentes a pessoas nascidas em determinados países.

Afinal, todos sabemos (sabemos?) que os franceses não tomam banho; os mexicanos são preguiçosos; os suíços, pontuais; os italianos, ruidosos; os judeus, argentários; os árabes, desonestos; os japoneses, trabalhadores, e por aí fora. Sabemos também que cariocas são folgados; baianos, festeiros; nordestinos, miseráveis; mineiros, diplomatas, etc. Sabemos ainda que o negro não tem o mesmo potencial que o branco, a não ser em algumas atividades bem-definidas como o esporte, a música, a dança e algumas outras que exigem mais do corpo e menos da inteligência. Quando nos deparamos com uma exceção admitimos que alguém possa ser limpo, apesar de francês; trabalhador, apesar de mexicano; discreto, apesar de italiano; honesto, apesar de árabe; desprendido do dinheiro, apesar de judeu; preguiçoso, apesar de japonês e também por aí fora. Mas admitimos com relutância e em caráter totalmente excepcional.

O mecanismo funciona mais ou menos assim: estabelecemos uma expectativa de comportamento coletivo (nacional, regional, racial), mesmo sem conhecermos, pessoalmente, muitos ou mesmo nenhum membro do grupo sobre o qual pontificamos. (...) (QUEIROZ, 2004, p.5)

2.4 Reações à Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos

Na época do lançamento, a Cartilha não se destacou. Somente no primeiro trimestre de 2005, quando foi novamente distribuída em um seminário de direitos humanos é que ganhou as páginas da imprensa. A publicação recebeu duros questionamentos de personalidades e intelectuais.

Um dos críticos mais incisivos foi o escritor João Ubaldo Ribeiro. O membro da Academia Brasileira de Letras primeiramente comentou a notícia com amigos através de um texto distribuído via e-mail. Em seguida, tocou no assunto em sua coluna semanal do jornal O Globo.

Caros amigos,
Anexado em forma de documento do Word está uma notícia publicada no Globo de hoje, sábado. É estarrecedor. Estamos ingressando numa era totalitária, em que o governo dá o primeiro passo para instituir uma nova língua e baixar normas sobre as palavras que devemos usar?

Será proibido em breve o uso de palavras na língua falada no Brasil? Serão eliminadas dos dicionários vocábulos e expressões não consideradas apropriadas pelo Governo? Palavras veneráveis da língua, como "beata", em qualquer sentido, deverão ser banidas? Será criada uma polícia da linguagem? Os brasileiros serão proibidos por lei de discutir vigorosamente e xingar os interlocutores? Que autoridade tem essa secretaria para emitir essas opiniões, que por enquanto podem ser apenas opiniões, mas nada impede, na ditadura mal disfarçada em que vivemos, que uma Medida Provisória, da mesma forma com que já nos confiscaram a poupança e os depósitos bancários, venha a ser baixada, confiscando também a nossa língua e os nossos costumes, mesmo os inaceitáveis pela maioria? Os escritores e jornalistas terão seus livros e textos examinados, para que se expurguem termos ou expressões condenadas? Contar piadas será tido como conduta anti-social e discriminatória? O governo é o dono da língua? As palavras "negro", "preto", "escuro" e semelhantes, nos casos em que não estiverem sendo usadas sem relação alguma com a cor da pele de ninguém, serão vedadas, se em qualquer contexto julgado negativo? As nuvens de chuva por acaso são brancas e alguém está insultando os negros, quando diz que há nuvens negras no horizonte (e há)? Os túneis são escuros e existe alusão racial na expressão "luz no fundo do túnel"? A peste bubônica não poderá mais ser mencionada como a "peste negra"? Tratar-se-á como injúria ou difamação chamar de comunista alguém que até o seja, mas não se considere como tal? Não se poderá mais dizer que alguém é burro ou cometeu uma burrice? Será publicada uma lista de palavras de uso permitido, ou de uso proibido? Acontece isto em alguma outra parte do mundo? Se um homossexual, como fazem muitos deles, rotular-se a si mesmo de "veado", poderá ser censurado ou punido? O pronome indefinido peculiar à língua falada no Brasil ("nêgo", como em "nêgo aqui gosta muito de uma festa") só será aceitável se for numa afirmação elogiosa ou "positiva"?

O ridículo dessa cartilha não nos deve cegar para o fato de que está começando o que parece ser uma ampla distribuição, que certamente atingirá as escolas, as quais, já hoje, são obrigadas a classificar racialmente os alunos, dando a entender que certas áreas certamente considerarão um progresso e um passo em direção ao ambicionado terceiro mundo a instituição da segregação no Brasil. Não podemos aceitar esse delírio totalitário, autoritário, preconceituoso (ele, sim), asnático, deletério e potencialmente destrutivo - e, o que é pior, custeado com o nosso dinheiro. Que está acontecendo neste país? Aonde vamos, nesse passo? Quanto tempo falta para que os burocratas desocupados que incham a máquina governamental regulem nossa conduta sexual doméstica ou nosso uso de instalações sanitárias? Enfim, o que é isso, pelo amor de Deus? Até quando vamos suportar sermos tratados como um povo de ovinos imbecis e submetidos ao jugo incontestável da "autoridade"? Todo poder emana do povo ou da burocracia? Podermos ser processados, se chamarmos um membro do serviço público de "funcionário"? Temos liberdade para alguma coisa? Foi o Estado que nos concedeu o direito de pensar, opinar e dizer, ou este é um direito básico e inalienável, que não nos pode ser tirado? Não sei mais o que dizer sobre esse descalabro, esse escândalo, essa vergonha, esse sinal de atraso monstruoso, que de agora em diante não deverei mais poder chamar de palhaçada, para não insultar os

palhaços. Até onde vamos regredir? É preciso que reajamos, é indispensável que os homens responsáveis por tal despautério sejam dispensados do serviço público, porque lá estão para cometer atentados à liberdade e arbitrariedades desse tipo. É indispensável que assumamos nosso papel de cidadãos detentores da soberania que, pelo menos nominalmente, é entre nós a soberania popular. CHEGA DE BURRICE, CHEGA DE ABUSO, CHEGA DE INCOMPETÊNCIA, CHEGA DE MERDA JOGADA SOBRE NOSSAS CABEÇAS! Ou então que nos calemos e vivamos o destino de gado a que forcejam para cada vez mais nos impor, a escolha é nossa e que essa iniciativa grotesca e idiota seja imediatamente esmagada, ou em breve não teremos direito a mais nada, nem à nossa língua, aos nossos sentimentos e à escolha de nosso comportamento que, não sendo criminoso, é exclusivamente da nossa conta e de mais ninguém. Não podemos ser mais humilhados e envergonhados dessa forma, exijamos respeito e seriedade, defendamos nossa integridade e dignidade, rebelemo-nos e, sim, xinguemos - bons filhos das putas - ou, melhor, bons rebentos de profissionais femininas do sexo, para respeitar as novas diretrizes. Vão se catar, e não às nossas custas, como vêm fazendo até agora. Desculpem, mas eu não posso conter a indignação e tentar passá-la para tantos compatriotas quanto possível. Saudações democráticas, revoltadas e dispostas a se tornarem revoltosas, de

João Ubaldo Ribeiro
(*aput* site Intermezzo, 2005,
<http://imezzo.wordpress.com/2005/05/02/um-comentario-de-joao-ubaldo-ribeiro-sobre-a-cartilha-politicamente-correto/>)

Depois disso, o assunto veio à tona fortemente. Reportagens citavam a reação de João Ubaldo Ribeiro para respaldar a insatisfação de que a maior parte da imprensa e intelectualidade compartilhava. O cineasta Arnaldo Jabor se mostrou impaciente ao comentar o livreto e disse que “o governo Lula não sabe o que fazer no mundo real e fica inventando bobagens para parecer que está trabalhando”. O psicanalista Jorge Forbes criticou o manual em sua essência, alegando que o movimento se tratava de “uma tentativa de fazer ortopedia lingüística”, “um movimento reacionário, eugênico, racista”. A cientista política Maria Celina D’Araújo, do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, disse que a Cartilha conseguiu reeditar os melhores tempos da censura da ditadura militar. Ela afirmou ainda que o impresso foi elaborado por dois movimentos: a falta de experiência do governo e o permanente impulso de controlar as pessoas de boa parte de seus integrantes. Tais ações, para ela, seriam facilmente desmoralizadas e desqualificadas por uma sociedade organizada; como aconteceu com a Cartilha antes mesmo de ser conhecida pela população.

Diversos artigos sobre o assunto foram publicados no portal Observatório da Imprensa. Foi o caso do texto do escritor e professor universitário, Deonísio da Silva,

que saiu também, em versão reduzida no Jornal do Brasil de 03/05/2005 (v. anexo 2). João Ubaldo Ribeiro também escreveu para o site (v. anexo 3). Luiz Antônio Magalhães, editor de política do jornal Diário Comércio, Indústria & Serviços e editor-assistente do Observatório da Imprensa também se manifestou (v. anexo 4). O próprio autor da Cartilha, Antônio Carlos Queiroz usou o *website* para se defender (v. anexo 5).

A consequência principal foi a suspensão da distribuição da Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos por parte da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. O Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, que aprovou o manual em 2004, resolveu avaliar o conteúdo do impresso e dar novo parecer, a pedido do ministro Nilmário Miranda. A distribuição ficaria interrompida até que houvesse uma nova deliberação, o que nunca ocorreu. Com isso, o assunto Cartilha foi sendo esquecido, muito embora o movimento que aponta em direção ao politicamente correto permaneça acontecendo. Sem alarde, a título de sugestão, mas continua ocorrendo.

3 ANÁLISE DE DISCURSO

A análise do discurso será tratada com base nas idéias de pensadores que se dedicaram ao assunto, como Milton Pinto, Michel Foucault e Arthur Schopenhauer. Esses observaram não somente a construção e as significações do discurso diário e coloquial, como analisaram as condições e conseqüências da fala galgada e difundida pelos meios de comunicação.

A grande quantidade e diversidade de enfoques possíveis dificulta o trabalho de elaboração de um repertório ou de uma síntese que dê conta de todas as correntes que hoje em dia se interessam em fazer algum tipo de análise de discursos. O próprio entendimento de discurso varia muito entre esses diferentes pontos de vista, o que significa que a metodologia utilizada aqui, obviamente, não se aplica a todas as tendências existentes. Cada texto pertence a um gênero distinto cuja explicitação depende do posicionamento ideológico.

As teorias lingüísticas apropriadas para este trabalho são aquelas que não se limitam a descrever a estrutura interna das frases; ao contrário: defendemos aqui a idéia de que não existe enunciação deslocada de contexto social. Diferentemente do que somos acostumados a pensar, os indivíduos não são inteiramente responsáveis pelas representações que acreditam realizar nos textos que produzem, como também sequer são os únicos responsáveis por essas representações. Cada vez mais as ciências sociais vêm se dando conta de que as práticas de produção, circulação e recepção de discursos são fundamentais para a criação, manutenção e transformação das identidades e relações na sociedade.

3.1 O método

Tratando da própria análise de discurso de maneira bastante abrangente, Milton José Pinto (2002) remete aos anos 80 para explicar que um dos setores da pesquisa em Comunicação que mais vem se desenvolvendo desde então é, justamente, o da prática analítica das orações. A partir da observação de produtos culturais como anúncios publicitários; capas e textos de jornais; programas de tevê e de rádio; entrevistas de emprego; discursos políticos; cartilhas educativas; entre outros, o autor demonstra que a análise de discursos procura descrever, justificar e avaliar criticamente os processos de

produção, circulação e consumo dos sentidos e motivações vinculados a esses produtos na sociedade.

Em “Comunicação e Discurso”, Pinto refaz a trajetória das análises das falas que se praticam hoje. Para ele, as correntes atuais se nutrem de duas tradições que apresentam fortes diferenças epistemológicas entre si: a francesa e a anglo-americana.

A análise de discurso francesa, tentava desde Michel Foucault e Michel Pêcheux, na década de 70, articular lingüística e história. Além disso, o papel dos aparelhos ideológicos na produção e na reprodução dos sentidos sociais, desenvolvido por Louis Althusser, também é destacado. Os discursos são definidos como práticas sociais determinadas pelo contexto sócio-histórico, ao mesmo tempo em que formam parte constitutiva deste contexto.

A tradição anglo-americana, originária da Inglaterra e enraizada nos Estados Unidos se prende mais aos conceitos da psicologia do consciente. Suas análises de discursos se debruçam sobre a estrutura e o funcionamento interno dos textos, onde, aparentemente, os indivíduos são entendidos como imunes às coações sociais.

Neste trabalho, nos baseamos nas definições e observações de análises de discurso francesas, que norteiam também a definição defendida em “Comunicação e Discurso”:

(...) é necessário que o analista dê uma atenção especial à ‘textura’ dos textos, quer quanto ao uso da linguagem verbal, quer quanto ao uso de outras semióticas (*pace* Bourdieu). É na superfície dos textos que podem ser encontradas as pistas ou marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos que o analista vai interpretar. O analista de discursos é uma espécie de detetive sociocultural. Sua prática é primordialmente a de procurar e interpretar vestígios que permitem a contextualização em três níveis: o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sociocultural mais amplo, no interior dos quais se deu o evento comunicacional. (...) A análise de discursos não se interessa tanto pelo que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica de conteúdos, mas sim em como e por que o diz e mostra. (PINTO, 2002, p.26)

As formas de mediação são essenciais para o entendimento dos discursos, pois são elas próprias responsáveis por transformar as orações em práticas sociais. Em cada nível de contextualização, o ambiente força a fala resultante a ter determinadas características formais e de conteúdo, mais ou menos rígidas, conforme o processo comunicacional a que segue. Milton José Pinto afirma que, diante disso, podemos perceber que a chamada liberdade de expressão é, na verdade, um mito, já que, a maioria das pessoas dispõe de um poder de expressão limitado e age, majoritariamente,

como participante dos discursos de maior prestígio. A quantidade de gêneros de discursos que uma pessoa domina e lança mão constitui um tipo de capital sociocultural, que, tal qual o capital financeiro, condiciona o reconhecimento de status e redefine posições dentro das escalas de poder da sociedade a cada nova situação. E os conceitos de discurso e poder são intimamente ligados.

Esta idéia é compartilhada por Michel Foucault (1970). Em “A Ordem do Discurso” ele supõe que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos, que têm por função dominar os acontecimentos. Quem está submetido a essas regras sabe que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância etc. Para Foucault as regiões onde esta dinâmica é mais bem observada são as da sexualidade e da política: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (p.10). Como exemplo, ele cita os sistemas de educação como maneiras políticas de se manter ou modificar a apropriação dos discursos.

Além disso, em “As Palavras e as Coisas”, Michel Foucault (1966) parte para a avaliação dos termos em si. Ele discorre que a verdade sobre a dicotomia entre a formação de conceitos e as expressões verbais tem de ser tratada sob o ponto de vista do que chama um “campo epistemológico”. Para ele, a intenção implícita que estrutura uma área cultural permanece “invisível” àqueles que a utilizam, ou antes, àqueles a que ela utiliza. “O sujeito” e “a consciência” são para Foucault ficções de um desses campos epistemológicos e o emprego das categorias de “causa” e “efeito”, de “antecedente” e “conseqüente” são próprios de uma metodologia precisa e datada do século XX. A revolução de Freud é defendida por Foucault, que alega que ao mesmo tempo em que no campo das ciências se operava uma modificação metafísica do regresso “às coisas mesmas”, a idéia de consciência no aspecto “psicológico” também sofria uma metamorfose.

O discurso visível, cuja compreensão poderia parecer óbvia, articula-se sob duas faces. A leitura racional clássica é impotente para obter o texto completo do discurso que a consciência revela. Para acessá-lo seria necessário adotar determinada estratégia, que em essência, trata de interpretação. Para Foucault, a aparente clareza do discurso racional é rasa, funcional e estritamente ligada a uma prática. Apesar disso, a própria “interpretação” não deve ser concebida como um caminho direto através do qual a plena

compreensão da “aparência” cultural se revela. Ela é sim a via de acesso aos fatores implícitos; e esses responsáveis pelas diferenças entre épocas, culturas, obras etc.

Michel Foucault, defensor da descontinuidade científica e cultural, abandona as referências da metodologia corrente e desconsidera “antes”, “depois” e “situação no tempo”. Ele analisa a “significação” dos fenômenos culturais, já que são eles que recebem “vida” e não o contrário. Ao mesmo tempo, Foucault afirma que o próprio *homem* sujeito da Cultura e “mestre de sua Linguagem” é uma invenção recente e precária. Segundo Foucault, ter como nosso o que parece nosso é o máximo de ilusão e tomar consciência de que somos “falados” mais do que “falamos” trata-se do fim do sonho do Humanismo, com que rompe. Quando levantadas, estas variações pareceram uma novidade agressiva, mas foram corroboradas e apoiadas por outros pensadores, filósofos e poetas, como é o caso de Fernando Pessoa, citado em “As Palavras e as Coisas” (*apud* FOUCAULT, 1966, p.16)

Não sou eu quem descrevo. Eu sou a tela
E oculta mão colora alguém em mim

... as bruscas frases que aos meus lábios vêm
Soam-me a um outro e anômalo sentido

E também:

Não meu, não meu é quanto escrevo.
A quem devo?
De quem sou o arauto nado?
Porque enganado,
Julguei ser meu o que era meu?

Do mesmo jeito, Arthur Schopenhauer (2005) achava que o mundo nada mais era do que uma representação formada pelo indivíduo. Em “A arte de escrever” ele é ainda mais radical quando afirma, primeiramente, que:

(...)logo que nosso pensamento encontrou palavras, ele já deixa de ser algo íntimo, algo sério no nível mais profundo. Quando ele começa a existir para os outros, pára de viver em nós, da mesma maneira que o filho se separa da mãe quando passa a ter sua existência própria. Como diz o poeta: Não me venham confundir com contradições! Logo que falamos, começamos a errar. (SCHOPENHAUER, 2005, p.67)

E continua:

Seria proveitoso que os escritores alemães chegassem à conclusão de que, embora de fato se deva pensar como um grande espírito, sempre que possível deve-se falar a mesma linguagem das outras pessoas. Palavras ordinárias são usadas para dizer coisas extraordinárias; mas eles fazem o contrário. (SCHOPENHAUER, 2005, p.90)

As linhas de pensamento apresentadas denotam o sintoma de uma época. Percebe-se, portanto, que tais discussões galgadas ao longo do século XIX, serviram para fundamentar os conceitos e as manobras da linguagem vigente. A raiz da linguagem e das conseqüências sociais a que temos acesso atualmente nasce naquele momento. As normas que nos situam e norteiam hoje em dia são baseadas nas proposições e definições de dois séculos atrás, como veremos a seguir.

Uma das maneiras de compreender a aplicação da Linguagem no nosso dia-a-dia é a partir da Teoria do Desvio e dos Valores (COLLARES, Gabriel. *Jornalismo, Espetáculo e Desvio. Violência e Criminalidade na imprensa através de estudos de caso. Tese de Doutorado, ECO/UFRJ, 2004. p.80*). Nela, nota-se que toda e qualquer sociedade somente é assim reconhecida a partir da adoção de divisões. Regras são criadas por grupos específicos e servem para demarcar autoridade e padrões de comportamento aceitáveis, que podem ser modificados ao longo do tempo. É através do registro oral ou escrito dessas normas que o modo com que determinados grupos se relacionam com o meio, seus valores, tradições e costumes são percebidos. Desta maneira, as regras definem para cada um dos subgrupos as situações sociais e os tipos de comportamento que lhes são adequados, especificando inclusive as ações "certas" e "erradas", as características "boas" e "más" que lhes devem ser executadas.

A princípio todas as sociedades apresentam objetivos e meios de realização que se pretendem legítimos para todos os membros. No entanto, pode haver desequilíbrio entre os objetivos e os meios impostos no dia-a-dia. Neste ponto, sintomas diferentes de indivíduos se tornam uma patologia social. A própria forma como uma sociedade trata seus membros desviantes é um fator cultural, uma vez que é na trama das relações que se manifestam as mais diversas formas de discriminação, controle e opressão em relação àqueles considerados anormais, inferiores ou simplesmente destoantes. Diante disso, o mais comum é que os indivíduos considerados dentro do padrão não só sejam aceitos, mas principalmente, acabem sendo tomados como exemplos a serem seguidos.

Há de se lembrar também que existem comportamentos considerados desviantes e que não são avaliados como ameaça à sociedade, mas sua "redenção". Certas atitudes de caráter inovador são aceitáveis e podem trazer respostas adequadas para a permanência de determinado sistema. Recebem o rótulo os indivíduos ou grupos que contestam determinado *modus operandi*. Os artistas, por exemplo, podem ser enquadrados neste lugar destinado às exceções que confirmam a regra. Um aspecto

fundamental do desvio é que a rotulação, isto é, o ato de dar e/ou receber, carregar e/ou rejeitar adjetivos estigmatizantes serve para estabelecer posicionamento social, de dentro para fora e de fora para dentro. O destoante, portanto, é uma consequência das respostas de outros aos atos ou às condições de alguém.

De acordo com Aristóteles, "se não existir o outro não existe ética". Freud afirma que "o indivíduo só se dá conta da própria existência através da relação com o outro". Para este, algo é produzido no ordenamento dos significantes que formulam a questão de um sujeito que funcionaria fora do par eu-outro. Para que o desejo atinja seu objetivo devem existir sempre três atores: aquele que fala, aquele a quem se fala e o outro, o inconsciente, que, para se fazer ouvir, transforma o pouco sentido em "sem-sentido". O "outro" é, portanto, o lugar homologatório e complicador da mensagem. Da mesma forma, pode-se dizer que "não existe desvio sem o olhar do outro". A maioria dos estigmas se baseia nas regras do grupo dominante e, muitas vezes, só há reconhecimento social a partir dessas imposições: quando o rotulado depende da aceitação do rótulo. Em diversos casos, o indivíduo incorpora o papel de bode expiatório e até se auto-rotula para ser incluído. Há aqueles, porém, que se rebelam e lutam contra conceituações prévias sobre as subjetividades.

3.2 Linguagem e Psicanálise

A linguagem é, possivelmente, a ferramenta que desempenha o papel mais ativo na expressão de uma cultura. A língua, falada e escrita, aliada a outros aspectos, favorece a comunicação para além da interlocução imediata. Permite registros e estabelece padrões e parâmetros da sociedade em que se situa. Tomando-se diferentes tipos de linguagem, como a jornalística, a didática e a coloquial por exemplos, notamos que a expressão formal ou os detalhes que revelam são capazes de representar todas as condições presentes em um contexto ambiente, conscientes ou não, legais ou ilícitos, adequados ou impróprios para através do tempo. Nada escapa à linguagem, seja ela qual for. Estamos acostumados a pensar as circunstâncias culturais, éticas ou religiosas sendo perpassadas pela linguagem. Não nos damos conta de que o processo que ocorre, na realidade, é o inverso. É a linguagem quem fornece os subsídios para a formação e o estabelecimento de todo e qualquer tipo de organização social.

Um dos instrumentos mais abrangentes também, por servir a todas as camadas (diferentemente, mas serve a todas), a linguagem é a responsável por constituir o *status*

quo e é através dela que o próprio paradigma social se situa. É por intermédio da linguagem falada, escrita, gestual e das brechas que o superego deixa escapar à vigília, em termos de Sigmund Freud, que os conceitos que regem um determinado universo social, assumida ou inconscientemente, se expõem e impõem. É importante reconhecer a função primordial da linguagem diante do panorama atual, desde a comunicação mais despreziosa entre amigos em uma mesa de bar até os discursos políticos exaustivamente estudados, ensaiados e midiáticos. Os meios de comunicação representam papel fundamental no estabelecimento, popularização, significação e afirmação das terminologias. É por intermédio da mídia que palavras ganham força, verbetes entram e saem moda e idéias se firmam diante da coletividade.

A análise das condições da linguagem deve ser aprofundada, visto que suas intenções não se resumem estritamente ao texto expresso. É necessário compreender o movimento de formação da linguagem de que dispomos na atualidade, uma vez que é ela a responsável por fundar os principais vértices da sociedade contemporânea. As formações do inconsciente de Freud denotam irrupções involuntárias no discurso, que aparecem de acordo com processos lógicos e internos da linguagem, que permitem demarcar o desejo. O sonho, a piada, o lapso, o esquecimento de nome, o ato falho, o sintoma, o chiste, tudo o que depender do significante como metáfora para ser representado decorre de um mesmo lugar tópic. Este local seria, justamente, a parte do discurso concreto que transcende as individualidades e que, não raro, falta ao sujeito no momento de restabelecer a continuidade de seu discurso consciente. É o outro lugar dessa memória que Freud descobriu sob o nome de inconsciente. Não se trata de reencontrar este inconsciente em alguma profundidade, mas de balizá-lo em sua pluralidade formal, no ponto onde, sem o ter desejado, alguma coisa escapa ao sujeito; um fonema, uma palavra, um gesto, um sofrimento incompreensível, que o deixa no inter-dito.

Em “Os chistes e sua relação com o inconsciente”, Freud (1905), através de muitos exemplos, descobre e explicita tais manifestações que fazem ruptura com os processos formais.

Esses casos são explicados pelo encontro, a interferência das expressões verbais com duas intenções (...) Em alguns deles, uma intenção é totalmente substituída por outra (a substituição), enquanto que, em outros, ocorre uma deformação ou modificação de uma intenção por outra, com a produção de palavras mistas, que possuem mais ou menos sentido. (FREUD, 1905, p.82)

Freud (1900) já havia delimitado esses mecanismos de substituição e deformação, condensação e deslocamento em “A interpretação de sonhos”. Posteriormente, Jaques Lacan (1953) no “Discurso de Roma”, apresenta a metáfora e a metonímia, figuras de linguagem muito utilizadas na língua portuguesa, por exemplo, como os dois pólos fundamentais da linguagem.

A proposição principal da psicanálise é de que o próprio inconsciente é estruturado como uma linguagem. Dois exemplos de reestruturação da cadeia significante, considerada primeiramente do ponto de vista formal, permitem que Freud acompanhe a pista do desejo, seu objeto de estudo principal neste caso. O primeiro deles é o da anedota extraída de uma história de H. Heine. Hirsch-Hyacinthe, um vendedor de loterias que em um momento de dificuldades é recebido por S. Rothschild. Esse o teria tratado "completamente de igual para igual, de uma forma totalmente familiar". Trata-se, justamente, de um chiste, onde duas palavras dão origem a uma terceira. Freud assim apresenta seu exemplo:

FAMI LI ONÁ RIO
FAMI LI AR
MI LI ONÁRIO.

(CHEMAMA, Roland. Dicionário de Psicanálise Larousse; Artes Médicas, 1995. p.81)

A favor de uma homonímia parcial entre "milionário" e "familiar", o mecanismo da condensação faz surgir a técnica do significante nesse chiste. Pode-se considerar a condensação como um caso particular da substituição e, portanto, da metáfora, vendo-se surgir, a partir do posicionamento das letras, o resto e o aparecimento de sentido. O outro exemplo de Sigmund Freud é o do esquecimento de nomes, que se poderia considerar como a outra face do primeiro exemplo: aquilo que é esquecido, de alguma forma trata-se de um resto e irá fazer com que surja toda uma outra cadeia de nomes substitutivos.

A dificuldade das definições retóricas da metáfora e da metonímia deve ser destacada. Na condensação, a parte que cai no esquecimento permite produzir uma metáfora metonímica. A substituição de nomes é metafórica, uma vez que a cadeia de nomes faz surgir a metonímia, que representa o significante do desejo impossível de ser dito. As ligações de significante a significante se dão por intermédio do paradigma, da substituição, da metáfora, do sintagma, da concatenação, da contigüidade e da metonímia. Com efeito, essa é uma estrutura única e homogênea que pode ser

encontrada nos sintomas, nos sonhos, nos atos falhos e nos ditos espirituosos, com as mesmas leis estruturais de condensação e de deslocamento. Este processo é "atraído" para o inconsciente e estruturado de acordo com as suas leis. Essas são as mesmas regras que a análise lingüística nos permite reconhecer como os modos de engendramento do sentido; através do ordenamento do significante, que o politicamente correto tanto busca compreender e fazer entender.

3.3 Língua Portuguesa

A relação entre vocábulo e significado varia muito de um idioma para o outro. O alemão de Freud permitiu o surgimento e o emprego prático da condensação como um dos mecanismos desenvolvidos pela psicanálise. Tal processo não se dá tão fácil ou efetivamente em línguas como francês ou hebraico. Cada idioma é uma verdade paralela e singular.

O português é conhecidamente um idioma complexo em suas normas gramaticais, sintaxe e aplicação. E a língua portuguesa atual não escapa do corretismo. Estruturada a partir do século XII, o idioma ultrapassou as fronteiras da Península Ibérica acompanhando as caravelas lusitanas nas grandes navegações desde o século XV. Hoje, o português é oficial em oito países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Além disso, figura entre as dez línguas mais faladas do planeta.

O idioma falado no Brasil colonial não acompanhou as mudanças ocorridas durante o século XVIII no português falado na metrópole. A língua por aqui sofreu fortes influências indígenas e africanas e, mais tarde, de imigrantes europeus que se instalam no centro-sul. Em território brasileiro, o idioma se uniu à família lingüística tupi-guarani, em especial o Tupinambá, um dos dialetos Tupi. Os índios, aculturados, ensinaram o dialeto aos europeus que, mais tarde, passaram a se comunicar nessa "língua geral", o Tupinambá.

Em 1694, a língua geral reinava na então colônia portuguesa com características de língua literária, pois os missionários traduziam peças sacras, orações e hinos na catequese. Com a chegada do idioma iorubá, da Nigéria e do quimbundo, de Angola, por meio dos escravos trazidos da África e com os novos colonizadores que vinham, a Corte Portuguesa quis garantir uma maior presença política. Uma das primeiras medidas adotadas foi obrigar o ensino da língua portuguesa aos índios. Na metade do século

XVIII, o tupi tem sua utilização proibida por uma Provisão Real de 1757. Graças ao grande fluxo de pessoas da metrópole que chegava ao país, o português se fortaleceu nessa época. E com a expulsão dos jesuítas, fixou-se definitivamente como o idioma do Brasil.

Da língua indígena, o português incorpora principalmente palavras referentes à flora (abacaxi, caju, mandacaru, mandioca, maracujá, pitanga), à fauna (araponga, capivara, curió, piranha, sabiá, sucuri, tatu, urubu), nomes geográficos (Aracaju, Guanabara, Niterói, Pindamonhangaba, Tijuca) e a nomes próprios (Jurandir, Maíra, Ubirajara). O iorubá deixa o vocabulário ligado ao candomblé como os nomes de divindades Exu e Iansã e à cozinha afro-brasileira: vatapá, abará, acarajé. O quimbundo angolano fornece palavras que vieram a ser incorporadas à vida cotidiana: caçula, cafuné, molambo, moleque e termos relativos à escravidão, como senzala, mocambo, maxixe, samba. Depois desta complexa formação, a língua portuguesa no Brasil, apesar de falada em uma imensa extensão territorial, manteve sua unidade e variou apenas em questões superficiais de léxico e modalidades de pronúncias regionais.

Em 1990, os oito países do idioma português assinaram o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, um projeto para unificar a escrita das palavras em português. O objetivo da unificação é a adoção da língua por organismos internacionais e sua universalização. Ao entrar em vigor, o acordo obriga a reformulação dos materiais editados em língua portuguesa, principalmente livros didáticos. Tecnicamente, a nova ortografia já poderia estar em vigor desde o início de 2007, já que a Comunidade de Países de Língua Portuguesa definiu que, quando três países ratificassem o acordo, ele já poderia vigorar. O Brasil ratificou em 2004, Cabo Verde, em 2006, e São Tomé e Príncipe, em 2007. Não há uma data marcada para que as mudanças ocorram, mas especialistas estimam que seja necessário um período de dois anos para a sociedade se acostumar com os novos padrões. A previsão inicial era de que a modificação começasse em 2008, quando o Ministério da Educação brasileiro prepararia uma nova licitação de livros didáticos que contivesse a nova ortografia. O edital seria referente aos livros a serem usados em 2009. A nova ortografia deveria começar, também, nos outros cinco países que falam português mesmo sem que eles tenham ratificado o acordo.

Esta preocupação em se oficializar a escrita de um mesmo idioma falado em diferentes países denota a importância que a estruturação da linguagem exerce diante da constituição de uma sociedade.

4 ANÁLISE DA CARTILHA POLITICAMENTE CORRETO & DIREITOS HUMANOS

Depois de séculos de opressão, porém, os grupos discriminados vêm encontrando na linguagem um meio, mesmo que primário, para se inserir no contexto social de maneira que não seja separada do conjunto geral. Parte desses próprios grupos a exigência de não serem mais tratados como diferentes, a começar pelas denominações a que são submetidos. Eles questionam as nomenclaturas como forma de questionar as idéias. Desde que “negros” passaram a ser tratados como “afro-descendentes”, “deficientes físicos” como “portadores de deficiência” ou “cadeirantes”, “raças” como “etnias” etc, os próprios conceitos vem se modificando. A “obrigatoriedade sugerida” faz com que o interlocutor pense na palavra a ser usada e, concordando ou não, satisfeito ou não, reflita sobre o conceito que está sendo abordado, a abrangência do termo e a pertinência sobre o que o vocábulo escolhido expressa.

E eis que a linguagem politicamente correta passa a figurar em todo o lugar. As definições para “politicamente correto” costumam se fundamentar no maniqueísmo. O confronto entre aspectos antagônicos é, geralmente, a explicação mais simplória dada ao que se chama politicamente correto. O dualismo é sempre tomado como indiscutível entre aqueles que criticam a necessidade em se reconstruir diariamente uma linguagem e um vocabulário mais pertinentes, menos metafóricos e mais restritos à etimologia das palavras. Para os que defendem o purismo lingüístico, é comum associar-se o politicamente correto a bom senso, postura que também sofre ataques por parte dos “incorretos”, ou “incorrigíveis”.

Sem se referir a este conceito de “politicamente correto”, porém, Michel Foucault já propunha uma maior restrição epistemológica às terminologias como ferramenta de modificação social. Em “As Palavras e as Coisas”, ele defende que os termos usados erroneamente devem ser trocados por outros que sejam inteiramente descritivos, ressaltando que tais palavras não sejam redutoras. As mudanças, para ele, deveriam ser feitas em número limitado e se tornar irreversíveis; caráter incomum em se tratando de linguagem. Segundo a ótica de Foucault os afloramentos culturais que vão surgindo ao longo do tempo se tornam responsáveis por quebrar os conceitos firmados pela diacronia herdada pela tradição da Idade Média, do Renascimento, da Idade Moderna etc a que estamos acostumados. Esses mesmos conceitos desenham e sugerem

um descontínuo que Foucault considera essencial, “como uma seqüência de ilhas ou estruturas que o passar do tempo liga, metaforicamente”.

No século XVI, a linguagem real não é um conjunto de signos independentes, uniforme e liso, onde as coisas viriam refletir-se como num espelho para anunciar, uma por uma, a sua verdade singular. É antes uma coisa opaca, misteriosa, cerrada sobre si mesma, massa fragmentada e totalmente enigmática que se mistura aqui e ali às figuras do mundo, e com elas se confunde; tanto é assim que, todas juntas, formam uma rede em que cada uma pode desempenhar, e com efeito desempenha, em relação a todas as outras, o papel de conteúdo ou de signo, de segredo ou de indicação. (FOUCAULT, 1966, p.56)

Foucault defendia ainda que a linguagem deveria ser estudada como uma coisa da natureza. Além de chamar atenção para a importância vital da linguagem para a sobrevivência humana em comunidade, ele abordava que seus elementos, assim como os animais, as plantas ou as estrelas, possuem leis de afinidade e de conveniência próprias, exclusivas de sua dinâmica e analogias obrigatórias. Esta idéia era fundamentada a partir da citação de Petrus Ramus sobre gramática e sintaxe, por exemplo.

Ramus dividia a gramática em duas partes. A primeira era consagrada à etimologia, o que não quer dizer que nela se procurasse o sentido originário das palavras, mas sim as ‘propriedades’ intrínsecas das letras, das sílabas, das palavras inteiras. A segunda parte tratava da sintaxe: o seu objeto era ensinar ‘a construção mútua das palavras mediante as suas propriedades’, e consistia ‘quase só na concordância e mútua comunhão das propriedades, como a do nome com o nome ou com o verbo, do advérbio com todas as palavras a que ele se junta, da conjunção na ordem das coisas conjuntas’[*apud* P. RAMUS, *Grammaire* (Paris, 1572), p.3 e pp.125-126]. A linguagem não é aquilo que é por ter um sentido; o seu conteúdo representativo, que terá tanta importância para os gramáticos do século XVIII, que servirá de fio condutor nas suas análises, não tem aqui qualquer papel a desempenhar. As palavras agrupam sílabas, e as sílabas letras, porque há, despostas nestas, virtudes que as aproximam e as desnudem, exatamente como no mundo as marcas se opõem ou se atraem umas às outras. (FOUCAULT, 1966, p.57)

O estudo da gramática no século XVI se baseia na mesma disposição epistemológica em que se a ciência da natureza ou as disciplinas esotéricas se fundamentam. Há um apelo muito forte às “coisas por elas mesmas”. As diferenças entre essas áreas se daria porque, primeiramente, há somente uma natureza enquanto existem várias línguas. Para Foucault, no esoterismo, as propriedades das palavras, das

sílabas e das letras são descobertas e significadas através de um outro discurso, que permanece secreto; ao passo que na gramática são as palavras e as frases de todos os dias que enunciam por si mesmas as suas propriedades. A linguagem estaria, portanto, no meio caminho entre as figuras visíveis da natureza e as harmonias secretas dos discursos esotéricos. Ela seria de uma natureza fragmentada, dividida contra si mesma e alterada, que perdeu e já não apresenta mais a sua transcendência primitiva; um segredo que contém em si as marcas decifráveis daquilo que pretende significar. Michel Foucault considera que, ao mesmo tempo em que se mostra uma revelação subterrânea, a linguagem é também uma revelação que a pouco e pouco se restabelece diante de uma “claridade ascendente”.

Na sua primeira forma, quando foi dada aos homens por Deus, a linguagem era um sinal das coisas absolutamente certo e transparente, pois que se lhes assemelhava. Os nomes eram colocados sobre o que eles designavam, assim como a força está escrita no corpo do leão, a realza no olhar da águia, a influência dos planetas marcado na fronte dos homens: pela forma da similitude. Esta transparência foi destruída em Babel para castigo dos homens. As línguas separaram-se uma das outras e tornaram-se incompatíveis só na medida em que se desvaneceu essa semelhança com as coisas que fora a primeira razão de ser da linguagem. As línguas que reconhecemos só as falamos hoje à base dessa similitude perdida, e no espaço que ela deixa vazio.(...) Mas se a linguagem já não se assemelha imediatamente às coisas que domina, nem por isso ela se apartou das revelações e a fazer parte do espaço em que a verdade simultaneamente se manifesta e se enuncia. Certamente que já não é a natureza em sua visibilidade originária, mas também já não é um instrumento misterioso de que apenas alguns privilegiados conheceriam os poderes. (FOUCAULT, 1966, p.58,59)

A partir do reconhecimento dos possíveis empregos e das capacidades ativas da linguagem, torna-se inaceitável que as autoridades responsáveis e os outros atores sociais que possuem a prerrogativa de influenciar a população e o meio não venham a utilizá-la de maneira atenta. A linguagem não deve ser negligenciada ou subestimada e sim, usada para servir e cumprir com todas as funções que estiverem a seu alcance.

Os noventa e seis verbetes, palavras ou expressões da Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos são apresentados em ordem alfabética e de maneira bastante didática. Explica-se a aplicação do termo e em seguida, chama-se atenção para os preconceitos implícitos ou expostos naquelas palavras (v. anexo 6).

A_____

A coisa ficou preta – A frase é utilizada para expressar o aumento das dificuldades de determinada situação, traindo forte conotação racista contra os negros. (QUEIROZ, 2004, p.6)

Na maioria das vezes há adendos. Os textos parecem lições de moral, o que contribui para a rejeição da Cartilha. Mesmo aqueles que tiverem boa vontade em procurar se corrigir ou evitar determinadas terminologias, podem se sentir afetados pelo tom moralista daquilo que se pretendia ser uma explicação prática e convincente. O termo “analfabeto” é explicado como “uma condição de quem não sabe ler nem escrever e alvo de grande preconceito e discriminação social no país”. Nada leva a crer que uma idéia é necessariamente ligada à outra. Segundo a Cartilha, quem agride os analfabetos costuma responsabilizar a pessoa que não teve a oportunidade de ir à escola e não as faltas de oportunidade, mas não mostra argumentos, dados ou índices que apontem para esta conclusão.

Em outras passagens, as informações corrigem a má utilização de determinados termos, que caem no uso comum sem se restringir ao real significado, jurídico, por exemplo. Ainda assim, a maneira com que se faz tal ajuste não atrai adesão. Ao tratar de “apenado”, o autor diz que a expressão é utilizada de maneira incorreta para designar qualquer pessoa detida pela polícia, mesmo sem ter sido julgada e sentenciada, quando seria “preciso reafirmar o princípio da presunção da inocência, definido no inciso LVII do artigo 5º da Constituição Federal, segundo o qual ‘ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória’”. O mesmo acontece com “detento”, que, do ponto de vista jurídico, seria o indivíduo que cumpre a pena de detenção, mas é utilizado para classificar pejorativamente qualquer pessoa detida pela polícia, mesmo que ainda não tenha sido julgada nem condenada.

Há ainda a sugestão de vocábulos incomuns ou até mesmo inadequados. É o caso de “entendidos” para se tratar de homossexuais, “piá” para menores de idade, ou “cor parda” para pessoas de etnias mestiças. Ao analisar o verbete “baitola”, o livreto sugere que, “em respeito às pessoas que sentem atração ou mantêm relações amorosas ou sexuais com pessoas do próprio sexo”, as melhores identificações seriam “gay” para homens e mulheres, “lésbica” para mulheres; “travesti” e “transsexual” para transgêneros e “bissexuais” para homens e mulheres.

Outra falha é a exposição de expressões pejorativas, sem tratar do significado positivo que o mesmo verbete pode acarretar, o que não é incomum em português. O “bárbaro” da Cartilha procura dar uma explicação histórica para a palavra, mas ignora a existência da conotação boa do vocábulo. O mesmo acontece em “fanático”, onde o autor indica que o termo foi cunhado no século XVIII para denominar partidários extremistas, exaltados e acríticos de uma causa religiosa ou política e que esses indivíduos e grupos poderiam representar risco à sociedade, uma vez que seus ideais poderiam levá-los a praticar violências e atentar contra a própria vida. A publicação, que pretende esclarecer a utilização de determinados termos, esquece de outras significações possíveis para as palavras que não aquelas que destaca. Desta maneira, demonstra a falta de aprofundamento do livreto.

Além disso, há mais curiosidades e contradições que podem ser observadas, como ao se falar da expressão “barraco”. Não há motivo aparente para se especificar “língua da família tupi-guarani” ao se tratar de “indígena”. E a utilização da palavra “cafofo” como opção de sinônimo à moradia é, no mínimo, inusitada. O autor se atém a descrever os materiais mais comuns usados nesses tipos de construção ao mesmo tempo em que cita uma passagem da Constituição Federal.

Barraco – Moradia modesta, construída de materiais precários, como a tenda do cigano, a oca do indígena de língua da família tupi-guarani, o cafofo do morador de favela. Seja de alvenaria ou de pau-a-pique, de papelão, palha, tábuas, panos ou folhas de zinco, o inciso XI do artigo 5º da Constituição Federal dispõe que “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”. (QUEIROZ, 2004, p.8)

Há termos considerados ofensivos sem se especificar a fonte para tal informação. A publicação não informa quem considera que chamar alguém de “beata” ofenda as mulheres que costumam seguir os preceitos da Igreja Católica; não embasa a idéia de que “comunistas” não tenham orgulho de sua posição e ideologia política, que “latino-americanos” sintam-se subjugados pela determinação geográfica que designa o local onde nasceram, ou que “políticos” rejeitem a terminologia que designa a função social que cumprem, independentemente de suas profissões, ao assumirem cargos públicos. Na Cartilha o autor defende que os “funcionários públicos”, os trabalhadores do Estado, depois de serem desprestigiados diante da sociedade na época do governo

Collor (1990-1992), prefeririam passar a ser chamados de “servidores públicos”. O caso dá a impressão de que o movimento é inverso; que esta demanda não parte dos profissionais e sim da mídia, que procura impor as terminologias que considera mais cabíveis, sem consultar os próprios grupos a que se refere.

Outros artifícios propostos anulariam a própria condição da linguagem. A Cartilha sugere que comparações de seres humanos com animais ou termos irreverentes, devam ser evitadas pelo caráter de desqualificação que essas equiparações podem ter. Há também suposições tomadas como verdades absolutas, o que faz o próprio termo soar preconceituoso. A reação do leitor, muitas vezes, é de se perguntar: “quem disse isso?”

Caipira – A pessoa que vive no campo, na roça. O dicionário Houaiss lista 72 sinônimos de caipira, quase todos de conotação pejorativa, refletindo um forte preconceito da sociedade brasileira. O caipira é tachado de rústico, rude, pouco instruído, cafona, brega, avesso ao convívio social, em oposição às pessoas que vivem nas cidades, consideradas cosmopolitas, elegantes, finas, sofisticadas. Essa última idéia firmou-se no País a partir do início dos anos 60, com a “Marcha para o Oeste” e a construção de Brasília, e foi alimentada pela ideologia da modernização conservadora e do “Brasil Potência”, segundo a qual só haveria progresso e bem-estar social no asfalto das grandes cidades. Depois que esse mito foi destruído pela crise econômica e os problemas decorrentes do inchaço das periferias urbanas, está havendo uma grande revalorização dos valores culturais da vida no interior.

(...)Gringo – Termo utilizado no Brasil para discriminar qualquer estrangeiro. Em alguns países latino-americanos, como o México, refere-se especificamente aos estadunidenses. A palavra tem caráter xenófobo, isto é, serve para expressar menosprezo ou ódio aos estrangeiros.

(...)Maria vai com as outras – Expressão preconceituosa contra as mulheres, consideradas de caráter fraco ou sem personalidade. (QUEIROZ, 2004, p.9,15,20)

Muitas informações se misturam. Há explicações que não esclarecem em nada o suposto motivo de se evitar a expressão, a origem ou sua própria aplicação. Os textos se alongam e mesmo com a apresentação de fontes bibliográficas, não justificam a explanação. É o caso da tentativa de se extinguir a palavra “cigano” do vocabulário comum. Queiroz defende que na Europa este termo é considerado pejorativo e que “os diversos grupos étnicos que formam o povo cigano preferem outras designações como Rom, Sinti e Calon. Para ele, o nome “cigano” no Brasil é usado como forma de manifestação de preconceito racial e “muitas vezes associado a qualidades negativas

(ladrão de cavalo, ladrão de crianças etc)”. Em seguida, o autor discorre sobre a possível origem desses povos, ao mesmo tempo em que fala de globalização, do matemático grego Apolônio de Rodes (295 aC-230aC), dos primeiros ciganos a chegarem ao Brasil e das manifestações artísticas que a cultura cigana já inspirou, como as Rapsódias Húngaras, de Franz Liszt, e a ópera Carmen, de Georges Bizet. Para amarrar a explicação, o autor termina lembrando que o ex-presidente Juscelino Kubitschek era neto de um cigano.

O verbete “índio” também é listado na Cartilha. Essa seria uma designação genérica de qualquer indivíduo cujos ancestrais habitavam as Américas antes da chegada dos europeus, no século XVI. A expressão seria inadequada por se referir a povos muito diferentes entre si e por confundir a ampla diversidade étnica brasileira. Em vez de sugerir outro verbete que se enquadre para ser usado em determinações genéricas, afinal, emissor não é obrigado, o tempo todo, a saber de qual população especificamente se fala, o impresso se dedica a apontar estudos que rezam sobre a chegada dos portugueses ao Brasil e os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000 acerca dos povos indígenas. O leitor se perde nas explicações e tende a desistir de colaborar com a reforma vocabular proposta pelo livreto do Governo Federal.

Em determinadas observações, a Cartilha condena vocábulos sem explicar o porquê e não sugere sinônimos cabíveis para a substituição. As indicações parecem sem nexos e apontam para um empobrecimento considerável do vocabulário diário. “Ladrões” não devem mais ser assim designados já que, “atualmente, o termo é mais aplicado a indivíduos pobres. Os ricos são preferencialmente chamados de ‘corruptos’, o que demonstra que até os xingamentos têm viés classista”. Em termos politicamente corretos, também não há sinônimo possível para “menor infrator”.

Algumas explicações chegam a ser piegas. Além de não convencerem a ninguém, provocam repúdio pela falta de consistência dos argumentos. É o caso de “inculto” e de “pessoas especiais”.

Inculto – A rigor, qualquer pessoa tem uma cultura ou visão de mundo e, nesse sentido, carece de sentido considerar que alguém possa ser inculto. O termo é utilizado, no entanto, para desqualificar como incapazes, ‘burras’(ver), as pessoas que não tiveram acesso à educação formal.

(...)Pessoas especiais – Eufemismo inadequado para se referir às pessoas com deficiência. Do ponto de vista dos direitos humanos, todas as pessoas, sem exceção, são especiais. (QUEIROZ, 2004, p. 20, 27)

Outras passagens soam forçadas, como em “africano”. A Cartilha supõe que a utilização genérica do termo serve para negar a diversidade de países e povos oriundos da África ou para discriminá-los. “Malandro” também deve ser vetado, uma vez que antigamente era uma palavra usada para se referir a indivíduos espertos, que não gostavam de trabalhar e viviam de pequenos golpes; “vagabundos”. Os argumentos para que o verbete caia e desuso são a letra do samba de Chico Buarque “Homenagem ao malandro” e a crise econômica crônica do país (não datada), que fez com que os índices de desemprego beirassem vinte por cento da população economicamente ativa. Mais uma expressão que deve ser abolida é “samba do crioulo doido”. Título de um famoso samba composto por Sérgio Porto para satirizar o ensino de História do Brasil nas escolas do país, de acordo com o impresso do governo federal, a frase passou também a ser usada para discriminar os negros, atribuindo-lhes confusões e trapalhadas.

A Cartilha, que se pretendia um manual a ser usado e aplicado em todo o Brasil, aponta termos que não são de uso comum em todo o país. É o caso de “baianada”, que designa má conduta no trânsito. Fora de São Paulo o termo pode não ser sequer conhecido, quanto mais utilizado. “Goianada” também é destacado como forma de xingamento ou deboche. O verbete, possivelmente usado em Brasília, significaria, segundo a Cartilha, “rudeza” ou “falta de inteligência”.

O livreto trata de algumas terminologias e temas desconsiderando qualquer possibilidade de bom senso ou até mesmo educação por parte dos oradores. A Cartilha não foi distribuída a população como um todo e dificilmente professores, policiais, jornalistas e políticos se permitiriam, no exercício de suas profissões, lançar mão de vocábulos chulos como alguns que são apontados: “bebum”, “coxo”, “gilete”, “maneta”, “perneta”, “sapatão”. Algumas palavras podem até mesmo serem consideradas palavrões, como é o caso de “vadia” e “veado”. Outras, inclusive, já caíram em desuso como “encostado” para se referir a pessoas aposentadas.

É bom ressaltar, porém, que a Cartilha acertou em alguns aspectos. Há apontamentos que, não somente fazem sentido, como se bem explicados, poderiam sim contribuir para uma reconstrução social através da linguagem. Os exemplos utilizados, porém, não são suficientemente aprofundados. Não chegam a convencer o interlocutor da necessidade de modificação nos vocábulos utilizados.

Ao explicar o verbo “denegrir”, por exemplo, o autor chama atenção para a relação do vocábulo com a cor negra, o que, facilmente, pode passar despercebido. O mesmo acontece com “judiar”, diretamente ligado à etnia judaica.

Ao se usar o termo “homossexualidade” em vez de “homossexualismo”, a condição das pessoas que se relacionam e sentem atração por outras do próprio sexo soa mais neutra; parece menos optativa e mais natural. O vocábulo “minorias” também deve ser trocado, uma vez que é destinado a tratar subgrupos sociais que se consideram ou são considerados diferentes do grupo dominante. Muitas vezes, inclusive, esses grupos são maiores em quantidade, (como mulheres e negros no Brasil) mas gozam de menos direitos e são alvo de discriminação.

Ao se falar de mulheres, observamos a existência de muitas expressões pejorativas. “Mulher da vida” ou “mulher de vida fácil” são eufemismos distorcidos, usados para caracterizar profissionais de sexo. “Mulher no volante, perigo constante” é uma frase preconceituosa, absolutamente arraigada à cultura brasileira, repetida, muitas vezes, pelas próprias mulheres, que, sem se questionar, incluem a si mesmas nos alvos de discriminação que proferem.

Outra frase bastante comum e igualmente preconceituosa ressaltada pelo impresso do Governo Federal é “Preto de alma branca”. Praticamente um slogan da ideologia do branqueamento no país, a expressão pode ser usada sem que os interlocutores sequer se dêem conta do caráter segregador do que está sendo dito. Há quem diga isso com a melhor das intenções, acreditando estar elogiando os negros.

Mais um acerto da cartilha foi o de chamar atenção para o termo “prostituição infantil”. Segundo a explicação do livreto, o termo atribuiu um nível de voluntariedade que nem sempre a criança ou o adolescente tem diante da situação em que é vítima. Isso não quer dizer, evidentemente, que a prostituição adulta também não implique exploração, mas em se tratando de pessoas menores de idade, este cuidado deve ser redobrado e pode servir para evitar confusões, ofensas e calúnias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de observar a publicação da Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos, lançada pelo Governo Federal em 2004, podemos notar que o livreto não alcançou o objetivo proposto.

A intenção de se materializar em um impresso as mesmas sugestões de se evitar determinadas terminologias para não ofender suscetibilidades com que profissionais formadores de opinião e de influência social como professores, jornalistas, policiais e políticos já se deparam no dia-a-dia poderia ser aceitável. A edição de um manual que se aprofundasse na origem histórica e epistemológica de determinados termos; que explicasse as razões pelas quais se sugere substituí-los e oferecesse palavras alternativas àquelas que se espera desusar poderia, não somente contribuir para a compreensão do assunto, como também, despertar interesse para o tema por parte da população em geral.

O procedimento politicamente correto trata, nada menos, que da atual passagem histórico-social em que se percebe autoridades e mídia se propondo a realizar uma série de modificações verbais. Essas manobras podem parecer desnecessárias, puritanas ou pedantes a primeira vista, mas depois de mais profundamente pesquisadas, denotam a pretensão de galgar atitudes de conscientização, inclusão e fomentação de respeito mútuo entre grupos distintos coexistentes diante de um mesmo ambiente. A intenção da Cartilha, portanto, era das melhores. É fácil compreender que, tal qual expresso na apresentação do livreto, visava colaborar para a construção de uma cultura de direitos humanos mais forte no Brasil.

É próprio de toda e qualquer linguagem ir-se modificando ao longo do tempo e dos paradigmas a que serve. Por isso, se bem executado, o projeto da Cartilha, que não se mostrava autoritário, mas mesmo assim soou incômodo, poderia, simplesmente, vir a representar a própria expressão de um movimento existente há pelo menos quinze anos no Brasil e no mundo; o do politicamente correto. Ao contrário de despertar reações enfurecidas como ocorreu, a Cartilha serviria para corroborar conceitos já absorvidos pelo senso comum (o bom senso comum), dar exemplos de substituições bem sucedidas e, como um glossário despretensioso, se tornar mais uma publicação informativa, como tantas outras distribuídas pelo governo, acerca de condutas de higiene e saúde, de trânsito, cidadania etc.

No entanto, a pesquisa, a execução e até mesmo a distribuição da Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos foram realizadas de maneira imprópria. Além de apresentar uma edição pobre, sem ilustrações, destaques ou chamarizes, depois de uma rápida passagem de olhos, qualquer desses profissionais a quem o impresso se destinava poderia notar faltas, exageros e outras falhas. Não há padronização nas páginas nem na explanação dos verbetes. O teor dos textos elucidativos é raso, subestima o leitor e não apresenta aplicabilidade.

Com tantos problemas o livreto estava mesmo fadado ao fracasso. Tanto que, antes de personalidades e intelectuais se manifestarem contra a publicação, no lançamento inicial, a Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos não chamou a atenção de ninguém; não disse a que veio e foi embora sem deixar saudade. Os mais atentos podem notar que o movimento corretista permanece ocorrendo. Mas, desde então, ninguém ousou mais tratar do assunto de maneira oficial. A idéia de censura assusta, causa desconforto e rejeição. E não tem mais onde se fundamentar. Nem escamoteada nas melhores intenções.

O ideal é que continuem ocorrendo ações em direção à equiparação entre grupos distintos, que as diferentes organizações possam, cada vez mais, alternar suas vozes em espaços na mídia, que escolham os termos com que querem ser tratados e repensem o vocabulário que utilizam também, que discutam a modificação dos conceitos através da linguagem para que essas demandas possam se tornar atividades e ações sociais de todos os dias. Outras análises devem continuar sendo produzidas a fim de elucidar os movimentos que trouxeram a tona uma publicação do governo, ligada à Secretaria de Direitos Humanos, no sentido de se formar um procedimento oficial de modificação social através do estudo da expressão do senso comum por intermédio da linguagem. A perspectiva deste trabalho trilhou um caminho nesta direção, mas ainda há muito o que ser feito, visto que a linguagem é um ator social vivo e por isso, se mantém constantemente em movimento. Cabe aos estudiosos e aos outros manipuladores desta ferramenta – todos nós, diariamente, mas principalmente os profissionais que fazem uso fruto da linguagem como instrumento de trabalho – nos esmerar em contribuir para a construção de uma sociedade menos segregadora e mais igualitária.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos, dissertações, teses

CHEMAMA, Roland. *Dicionário de Psicanálise Larousse*. Tradução: Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

COLLARES, Gabriel. *Jornalismo, Espetáculo e Desvio. Violência e Criminalidade na imprensa através de estudos de caso*. Tese de Doutorado, ECO/UFRJ, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004 [1ª ed. 1971].

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução: Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1ª ed. 1966].

FREUD, Sigmund. *Os chistes e a sua relação com o inconsciente: 1905*. Tradução: Margarida Salomão. 6ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996 [1ª ed. 1969]

HUGHES, Robert. *Cultura da Reclamação*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso*. 2ª ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002 [1ª ed. 1999]

QUEIROZ, Antônio Carlos. *Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos*. Brasília: SEDH, 2004.

SCHOPENHAUER, Arthur. *A arte de escrever*. Tradução: Pedro Sússekind. Porto Alegre: L&PM, 2007.

VOLKOFF, Vladimir. *Pequena História da Desinformação – do Cavalo de Tróia à internet*. Tradução: XXXXXXXXXXXXXXX. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

Websites

ANVIG: <http://www.anvig.org.br/exibirConteudo.asp?COD=2380>

DIÁLOGOS CONTRA O RACISMO:
[http://www.dialogoscontraoracismo.org.br/index.php?option=com_content&task=view
&id=42&Itemid=27](http://www.dialogoscontraoracismo.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=42&Itemid=27)

INFO ESCOLA: <http://www.infoescola.com/folclore/cantigas-de-roda/>

INTERMEZZO: [http://intermezzo-weblog.blogspot.com/2005/05/um-comentrio-de-joo-
ubaldo-ribeiro.html](http://intermezzo-weblog.blogspot.com/2005/05/um-comentrio-de-joo-ubaldo-ribeiro.html)

MÍDIA SE MÁSCARA: <http://www.midiaseemmascara.com.br/artigo.php?sid=2449>
http://www.girafamania.com.br/girafas/lingua_portugues.html

MÚLTIPLOS:
[http://www.multiplos.com.br/port/index.php?option=com_content&task=view&id=18&
Itemid=86](http://www.multiplos.com.br/port/index.php?option=com_content&task=view&id=18&Itemid=86)

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA:
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=327IPB003>
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=327IPB004>
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=327IPB005>
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=328IPB007>
<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=327ASP014>

REVISTA ISTO É:
http://www.terra.com.br/istoe/1856/brasil/1856_catilha%20do%20barulho.htm

REVISTA VEJA: http://veja.abril.com.br/220306/p_116.html

7 ANEXOS

Anexo 1

Capa e contracapa Cartilha Politicamente Correto & Direitos Humanos



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

Nilmário Miranda

**SUBSECRETÁRIO DE PROMOÇÃO
E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Perly Cipriano

**PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO
UNIVERSITÁRIA DE BRASÍLIA**

Edeijavá Rodrigues Lira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial dos Direitos Humanos

**POLITICAMENTE CORRETO
&
DIREITOS HUMANOS**

Antônio Carlos Queiroz

Brasília, 2004

POLITICAMENTE CORRETO **Gauchadas e baianadas**

Por Deonísio da Silva em 3/5/2005

Poucas nacionalidades sofreram tanto na mão e na língua dos outros como a dos judeus. Por exemplo: até recentemente, a liturgia católica prescrevia, nas missas, que não apenas toda a Humanidade, mas também o Senhor tinha tido problemas com os "pérfidos judeus".

A etimologia, ao fazer prospecções e pesquisas de palavras e expressões, encontrará abundantes exemplos de que outras nacionalidades também abasteceram o arsenal de preconceitos em todas as línguas, de que é exemplo o polaco no Brasil meridional.

Um dos últimos imigrantes do Paraná, o polonês foi chamado de polaco, termo pejorativo para designar sua etnia. O sociólogo Otávio Ianni, analisando temas e problemas daquele contexto, forjou a frase famosa: "O polaco é o negro do Paraná". Os poloneses trabalharam como agregados ou subcolonos de colonos europeus, principalmente italianos e alemães, que tinham chegado primeiro. O sistema de dominação sócio-econômica, com suas perversas idiosincrasias, persistiu na sua dolorosa reprodução.

Machado de Assis, aliás, analisando o que um menino faz com outro nos tempos da escravidão, escreveu bela página sobre tal reprodução, muito antes que, no século seguinte, filósofos e sociólogos franceses como Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron nos dessem sutis interpretações de como o poder e suas mazelas se reproduziam arditosamente nas instituições, principalmente na família, na escola, na igreja, na fábrica e, naturalmente, em hospitais, hospícios e prisões.

Eis como Machado narra seu desconcerto ao ver um ex-escravo maltratar outro.

"Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas – transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera".

De outra parte, judeus e polacos foram unidos no feminino, quando as prostitutas judias foram denominadas polacas, e polaca tornou-se sinônimo de prostituta, significado que nossos dicionários ainda mantêm, naturalmente. Não seja demais lembrar que tivemos até uma Constituição polaca, a de 1937.

Prescrição de normas

O português é outro habitual escravo do socialmente incorreto, designado

politicamente incorreto por influência de modismo importado dos EUA, a meu ver uma deformação de políticas afirmativas que deram certo naquele país. O português sofre mais do que o papagaio nas piadas brasileiras. Se continuar assim, daqui a pouco surgirá uma cartilha das piadas brasileiras, o que será, ela mesma, uma piada.

Trago à lembranças tais fragmentos de reflexão sinceramente interessado na intenção que Perly Cipriano, subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, declarou ao fazer a cartilha *Politicamente Correto*, de que tomei conhecimento pela imprensa. Ainda não li, mas as transcrições me deixaram perplexo e desconcertado.

Li 22 das 96 palavras e expressões condenadas, que têm o objetivo de coibir o pecado do preconceito e elevar a virtude do bom conceito. Todas as 22 estão equivocadas, mas é impossível dizer nesse pequeno espaço por quê. Em resumo, seus redatores partiram de um preconceito para erradicar outros.

Nossa própria nacionalidade foi denominada a partir de um preconceito. Dada a prevalência do mercantilismo, por pouco não recebemos a alcunha inteira que a palavra ensejava – pau-brasileiro. Já Portugal, país formado pela união de vários condados, deriva do nome do condado portugalense e provavelmente tem na origem a forma latina *portu galliae*, porta dos franceses, mas persistem controvérsias sobre tal origem.

Vou ilustrar com um pequeno exemplo. A cartilha *Politicamente Correto*, editada sob os auspícios da Secretaria especial dos Direitos Humanos, diz que ladrão é "termo aplicado a indivíduos pobres" e que "os ricos são preferencialmente chamados de corruptos, o que demonstra que até xingamentos têm viés classista".

Ao contrário, as mudanças havidas no Brasil levaram à prisão até aqueles profissionais encarregados de julgar os outros. E eles foram chamados ladrões, corruptos, formadores de quadrilha etc. por todos, inclusive pela imprensa, de que são exemplos os juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do TRT em São Paulo, e o juiz federal João Carlos da Rocha Mattos. Ambos foram condenados. Um está na cadeia, outro em prisão domiciliar.

Em suma, pelas amostras a cartilha é tosca por ignorar sutis complexidades do reino das palavras e do funcionamento do Estado. Um Estado assim concebido leva à perda da liberdade de expressão. Quem delegou autoridade a essas instâncias para prescreverem normas sobre o uso da língua portuguesa?

As palavras do título deste artigo estão em muitos livros e também nos dicionários. Deverão ser reescritas? Não entraram ali por preconceito de seus autores!

POLITICAMENTE CORRETO

Linguagem e delírio autoritário

Por João Ubaldo Ribeiro em 3/5/2005

Texto de mensagem enviada pelo autor à sua lista de amigos na internet

Notícia publicada no *Globo* de sábado (29/4) é estarrecedora [*veja íntegra abaixo*]. Estamos ingressando numa era totalitária, em que o governo dá o primeiro passo para instituir uma nova língua e baixar normas sobre as palavras que devemos usar? Será proibido em breve o uso de palavras na língua falada no Brasil? Serão eliminados dos dicionários vocábulos e expressões não considerados apropriados pelo governo? Palavras veneráveis da língua, como "beata", em qualquer sentido, deverão ser banidas? Será criada uma polícia da linguagem? Os brasileiros serão proibidos por lei de discutir vigorosamente e xingar os interlocutores?

Que autoridade tem essa secretaria [*Especial dos Direitos Humanos*] para emitir essas opiniões, que por enquanto podem ser apenas opiniões, mas nada impede, na ditadura mal disfarçada em que vivemos, que uma medida provisória, da mesma forma com que já nos confiscaram a poupança e os depósitos bancários, venha a ser baixada, confiscando também a nossa língua e os nossos costumes, mesmo os inaceitáveis pela maioria?

Os escritores e jornalistas terão seus livros e textos examinados, para que se expurguem termos ou expressões condenadas? Contar piadas será tido como conduta anti-social e discriminatória? O governo é o dono da língua? As palavras "negro", "preto", "escuro" e semelhantes, nos casos em que não estiverem sendo usadas sem relação alguma com a cor da pele de ninguém, serão vedadas, se em qualquer contexto julgado negativo? As nuvens de chuva por acaso são brancas e alguém está insultando os negros, quando diz que há nuvens negras no horizonte (e há)? Os túneis são escuros e existe alusão racial na expressão "luz no fundo do túnel"? A peste bubônica não poderá mais ser mencionada como a "peste negra"?

Tratar-se-á como injúria ou difamação chamar de comunista alguém que até o seja, mas não se considere como tal? Não se poderá mais dizer que alguém é burro ou cometeu uma burrice? Será publicada uma lista de palavras de uso permitido, ou de uso proibido? Acontece isto em alguma outra parte do mundo? Se um homossexual, como fazem muitos deles, rotular-se a si mesmo de "veado", poderá ser censurado ou punido? O pronome indefinido peculiar à língua falada no Brasil ("nêgo", como em "nêgo aqui gosta muito de uma festa") só será aceitável se for numa afirmação elogiosa ou "positiva"?

Ovinos imbecis

O ridículo dessa cartilha não nos deve cegar para o fato de que está começando o que parece ser uma ampla distribuição, que certamente atingirá as escolas, as quais, já hoje, são obrigadas a classificar racialmente os alunos, dando a entender que certas áreas certamente considerarão um progresso e um passo em direção ao

ambicionado terceiro mundo a instituição da segregação no Brasil.

Não podemos aceitar esse delírio totalitário, autoritário, preconceituoso (ele, sim), asnático, deletério e potencialmente destrutivo – e, o que é pior, custeado com o nosso dinheiro. Que está acontecendo neste país? Aonde vamos, nesse passo? Quanto tempo falta para que os burocratas desocupados que incham a máquina governamental regulem nossa conduta sexual doméstica ou nosso uso de instalações sanitárias?

Enfim, o que é isso, pelo amor de Deus? Até quando vamos suportar sermos tratados como um povo de ovinos imbecis e submetidos ao jugo incontestável da "autoridade"? Todo poder emana do povo ou da burocracia? Podemos ser processados se chamarmos um membro do serviço público de "funcionário"? Temos liberdade para alguma coisa? Foi o Estado que nos concedeu o direito de pensar, opinar e dizer, ou este é um direito básico e inalienável, que não nos pode ser tirado?

Exijamos respeito

Não sei mais o que dizer sobre esse descalabro, esse escândalo, essa vergonha, esse sinal de atraso monstruoso, que de agora em diante não deverei mais poder chamar de palhaçada, para não insultar os palhaços. Até onde vamos regredir? É preciso que reajamos, é indispensável que os homens responsáveis por tal despautério sejam dispensados do serviço público, porque lá estão para cometer atentados à liberdade e arbitrariedades desse tipo. É indispensável que assumamos nosso papel de cidadãos detentores da soberania que, pelo menos nominalmente, é entre nós a soberania popular.

Chega de burrice, chega de abuso, chega de incompetência, chega de merda jogada sobre nossas cabeças! Ou então que nos calemos e vivamos o destino de gado a que forcejam para cada vez mais nos impor, a escolha é nossa e essa iniciativa grotesca e idiota seja imediatamente esmagada, ou em breve não teremos direito a mais nada, nem à nossa língua, aos nossos sentimentos e à escolha de nosso comportamento que, não sendo criminoso, é exclusivamente da nossa conta e de mais ninguém.

Não podemos ser mais humilhados e envergonhados dessa forma, exijamos respeito e seriedade, defendamos nossa integridade e dignidade, rebelemo-nos e, sim, xinguemos – bons filhos das putas – ou, melhor, bons rebentos de profissionais femininas do sexo, para respeitar as novas diretrizes. Vão se catar, e não às nossas custas, como vêm fazendo até agora. Desculpem, mas eu não posso conter a indignação e tentar passá-la para tantos compatriotas quanto possível. Saudações democráticas, revoltadas e dispostas a se tornarem revoltosas, de João Ubaldo Ribeiro.

Quando é de bom-tom evitar palhaço e baianada

Evandro Éboli (*O Globo*, 30/4/05)

BRASÍLIA. Com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para os "preconceitos nossos de cada dia", a Secretaria especial dos Direitos Humanos elaborou e está distribuindo a cartilha "Politicamente correto". A publicação reúne 96 palavras, expressões e piadas consideradas pejorativas e que revelam discriminações contra pessoas ou grupos sociais, como negros, mulheres, homossexuais, religiosos,

pessoas portadoras de deficiência e prostitutas.

A cartilha foi distribuída esta semana a vereadores, deputados estaduais, militantes de organizações não-governamentais e pessoas envolvidas com políticas de direitos humanos, num seminário na Câmara.

Tiragem inicial da cartilha é de cinco mil exemplares

Na cartilha, foram incluídas expressões como "a coisa ficou preta", "mulher no volante, perigo constante" e palavras como branquelo, burro, aidético, sapatão, veado, bêbado, ladrão e até comunista. A publicação foi organizada pelo subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Perly Cipriano, num convênio com a Fundação Universitária de Brasília.

A tiragem é de cinco mil exemplares e o público-alvo inclui ainda policiais, jornalistas e professores. O texto foi elaborado pelo professor Antônio Carlos Queiroz, da Universidade de Brasília (UnB).

"Todos nós utilizamos palavras, expressões e anedotas que, por serem tão populares e corriqueiras, passam por normais. Mas, na verdade, escondem preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos", afirma Cipriano, na apresentação da cartilha.

O livro aponta como politicamente incorreto chamar as pessoas de palhaço e barbeiro, já que ofenderia os profissionais dessas categorias. No caso de barbeiro, diz a cartilha: "Usado no sentido de motorista inábil, é ofensiva ao profissional especializado em cortar cabelo e aparar a barba".

Já a palavra palhaço não deveria ser usada porque os profissionais do ramo poderiam se ofender "quando alguém chama de palhaço uma terceira pessoa a quem se atribui pouca seriedade".

Baianada é outra expressão condenada na cartilha

Baianada é outra expressão condenada, considerada pejorativa porque atribui aos baianos inabilidade no trânsito. Para a Secretaria de Direitos Humanos, a expressão "preto de alma branca" é altamente racista e segregadora e um dos slogans mais terríveis do que chama de ideologia de branqueamento do país.

A palavra baitola, usada vulgarmente para referir-se a homossexuais, é apontada como depreciativa. A cartilha recomenda que se use as palavras gay ou entendido e entendida. O texto considera um insulto chamar de louco um portador de deficiência mental, expressão correta. "A palavra (louco) é usada também para reprimir pessoas que por razões políticas ou antiinstitucionais manifestam rebeldia".

Perly Cipriano afirma que a cartilha não quer promover discriminação às avessas, mas sim incentivar o debate e a reflexão

A cartilha condena:

A COISA FICOU PRETA: forte conotação racista contra os negros, pois associa o preto a uma situação ruim.

AIDÉTICO: termo discriminador, o correto é HIV positivo ou soropositivo, para quem não apresenta os sintomas, e pessoa com Aids ou doente de Aids, para quem apresenta os sintomas.

ANÃO: são vítimas de um preconceito peculiar: o de sempre serem considerados engraçados. Não há nada especialmente engraçado. O fato de ser anão não afeta a dignidade.

BAIANADA: atribui aos baianos inabilidade no trânsito. É um preconceito de caráter regional e racial, como os que imputam malandragem aos cariocas, esperteza aos mineiros, falta de inteligência aos goianos e orientação homossexual aos gaúchos.

BAITOLA: utilizada para depreciar os homossexuais, assim como bicha e boiola. Sugeridos como corretos: gay e entendido (a).

BARBEIRO: xingamento para motorista inábil. Ofensiva ao profissional especializado em cortar cabelo e aparar a barba.

BEATA: deprecia mulheres que vão com muita freqüência à missa.

CABEÇA-CHATA: termo insultuoso e racista dirigido aos nordestinos, cearenses em especial.

COMUNISTA: contra eles foram inventadas calúnias e insultos, para justificar campanhas de perseguição que resultaram em assassinatos em massa, de caráter genocida, como durante o regime nazista na Alemanha.

FARINHA DO MESMO SACO: junto com expressões como todo político é ladrão, todo jornalista é mentiroso, os muçulmanos são terroristas, ilustra a falsidade e leviandade das generalizações apressadas, base de todos os preconceitos. O fato de haver políticos corruptos, jornalistas imprecisos e muçulmanos extremistas não significa que a totalidade desses segmentos mereça aquelas respectivas acusações.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO: depois de sistemáticas campanhas de desprestígio contra o serviço público, os trabalhadores dos órgãos e empresas públicas preferem ser chamados de servidores públicos, para enfatizar que servem ao público mais do que ao Estado.

GILETE: o termo adequado é bissexual.

HOMOSSEXUALISMO: é mais adequado usar homossexualidade. Homossexualismo tem carga pejorativa ligada à crença de que a orientação homossexual seria uma doença, uma ideologia ou movimento político.

LADRÃO: termo aplicado a indivíduos pobres. Os ricos são preferencialmente chamados de corruptos, o que demonstra que até xingamentos tem viés classista.

MULHER DA VIDA OU DE VIDA FÁCIL: eufemismos para caracterizar a profissional do sexo, prostituta.

MULHER NO VOLANTE, PERIGO CONSTANTE: frase preconceituosa contra as mulheres, a quem se atribui menos habilidade no trânsito em comparação com os homens, contrariando, aliás, os levantamentos estatísticos.

NEGRO: a maioria dos militantes do movimento negro prefere este termo a preto. Mas em certas situações as duas expressões podem ser ofensivas. Em outras, podem denotar carinho nos diminutivos neguinho ou minha preta.

PALHAÇO: o profissional que vive de fazer as pessoas rirem pode se ofender quando alguém chama de palhaço uma terceira pessoa a quem se atribui pouca seriedade.

PRETO DE ALMA BRANCA: um dos slogans mais terríveis da ideologia do branqueamento no país, que atribui valor máximo à raça branca e mínimo aos negros. Frase altamente racista e segregadora.

SAPATÃO: usada para discriminar lésbicas, mulheres homossexuais. Entendidas e lésbicas são termos mais adequados.

VEADO: uma das referências mais comuns e preconceituosas aos homossexuais masculinos. Expressões adequadas são gay, entendido e homossexual.

XIITA: um dos ramos do Islamismo se tornou no Brasil termo pejorativo que caracteriza militantes políticos radicais e inflexíveis.

POLITICAMENTE CORRETO

Subsecretário defende a cartilha

Por Luiz Antonio Magalhães em 6/5/2005

A cartilha que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República lançou sobre as expressões politicamente incorretas suscitou uma polêmica tão grande que já forçou o governo a recuar, por ordem do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O subsecretário Perly Cipriano, responsável pela elaboração da cartilha, no entanto, defende a medida do governo federal. Ele viu com estranheza a reação ao documento neste momento, um ano após a publicação do material. "Não é uma cartilha impositiva, que pretenda regulamentar nada, apenas servir de reflexão para delegados de polícia, parlamentares, jornalistas, radialistas e demais profissionais que mantém contato com o público", explica.

A reação à cartilha ganhou as páginas dos jornais após a divulgação de uma carta aberta do jornalista João Ubaldo Ribeiro, reproduzida pelo *OI*, que caracterizou o documento como autoritário e pouco inteligente. Segundo Cipriano, porém, a cartilha nada tem de autoritária, pois não se destina a servir de regra para os profissionais aos quais foi dirigida. Ele explica que a Secretaria de Direitos Humanos já produziu outros documentos semelhantes em defesa das minorias e que não tiveram repercussão semelhante. "A intenção foi fazer uma pesquisa para saber como as vítimas de preconceito gostariam de ser tratadas", afirma.

De acordo com Perly Cipriano, a idéia é defender aqueles que se ofendem com certos padrões de linguagem que aparecem na mídia, como os negros, os cegos, as loiras e os homossexuais. "Há expressões que deveriam ser evitadas", diz o subsecretário. "Os palhaços profissionais, por exemplo, ficam ofendidos quando se usa o termo 'palhaçada' para caracterizar o que acontece no Congresso Nacional", explica, lembrando que "palhaço é uma profissão séria". Cipriano não vê excessos na cartilha e diz que a secretaria está aberta para as sugestões de todos os que se sentem ofendidos para melhorar o material. Ele acredita que a polêmica é positiva, pois vai gerar uma "maior reflexão sobre os termos preconceituosos que todos nós acabamos usando", e lembra que os manuais de redação dos jornais também trazem verbetes que devem ser evitados.

Para o subsecretário, um dos maiores problemas está no uso das expressões que a cartilha veta por parte dos delegados de polícia. "Quando eles usam os termos 'bandido' ou 'ladrão', em geral se referem a criminosos pobres, nunca aos de colarinho branco ou ricos. Mas ele acredita que os jornalistas também não são muito cuidadosos e que o material da secretaria poderia ser útil a todos.

Cipriano também revelou ao *OI* que a tiragem da Cartilha do politicamente correto foi de 5 mil exemplares, que começaram a ser distribuídos "há cerca de um ano". O texto foi elaborado pelo jornalista Antonio Carlos Queiróz, que teria consultado especialistas e se baseado em um livro do professor Jaime Pinsky, professor titular da Unicamp e da PUC de São Paulo, intitulado "12 faces do preconceito".

POLITICAMENTE CORRETO

Como é difícil quebrar preconceitos

Por Antônio Carlos Queiroz em 10/5/2005

Por que será que uma publicaçãozinha de bolso de 88 páginas, muito semelhante às listas de "palavras perigosas" de qualquer manual de redação de jornal, está causando tanto barulho e discussões apaixonadas país afora? Será que, por milagre, o Brasil de repente atingiu um grau de civilização tão grande que já pode dispensar o debate de suas taras e preconceitos? Será que a dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos constitucionais da República, teria, na expressão de Dom Hélder Câmara, "saltado do papel para a vida" de um dia para o outro?

Para início de conversa, um esclarecimento. Diferentemente do que dizem os críticos, a cartilha *Politicamente Correto & Direitos Humanos* não é uma espécie de *Index Auctorum et Librorum Prohibitorum* inquisitorial, destinado a regular, controlar, policiar o linguajar grosseiro da população nacional. Com 5 mil exemplares, num mar de 183 milhões de pessoas, o objetivo da publicaçãozinha era mais que modesto. Dentro do programa de educação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), ela foi concebida para chamar a atenção de pessoas que lidam com o público – parlamentares, agentes e delegados de polícia, guardas de trânsito, jornalistas, professores do ensino fundamental – para o fato de que certas palavras e expressões, dependendo do contexto, são discriminatórias, preconceituosas, humilhantes. A SEDH já havia produzido muitas cartilhas semelhantes, algumas com o apoio do Unicef, e nunca ninguém chiou por causa delas. Por que a chiadeira, agora?

Como explicar a cruzada expurgatória que uniu João Ubaldo Ribeiro, Arnaldo Jabor, José Sarney, alguns comunistas do PC do B, o frei Betto, alguns respeitáveis PhDs da Ciência Política, os editores da revista do PSDB e o próprio presidente da República?

Como explicar que Ricardo Noblat, tido e havido como paladino da liberdade de expressão, noticiou a decisão do secretário Nilmário Miranda de suspender a distribuição da cartilha dizendo que ela iria mofar no fundo de uma gaveta se não fosse "discretamente incinerada"? Seria uma sugestão?

Julgamentos automáticos

Por que Maria Celina D'Araújo, com a sofreguidão que em nada combina com o método cuidadoso de uma intelectual consistente, que ela parece ser, comparou a iniciativa da cartilhinha com as práticas de censura da ditadura militar?

Por que o presidente da Academia Brasileira de Letras, Ivan Junqueira, qualificou a iniciativa de "fascista", banalizando um conceito que ele, na condição do legítimo delegado de polícia da língua, deveria conhecer melhor do que ninguém?

Por que os PhDistas de plantão reclamaram contra a intromissão do Estado na seara da Cultura, por gastar dinheiro público com a publicaçãozinha, se antes não haviam dito nada contra os financiamentos oficiais do dicionário *Houaiss*, do *Aurélio* e de

tantos outros? Se o Estado não pode investir na Cultura, por que a tolerância desses liberais casuísticos com os autores que têm a venda de seus livros garantida pelos programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação?

Por que tanto mau humor na defesa da liberdade ao direito de fazer piadinhas com crioulos, sapatões, ceguinhos e leprosos?

Por que tanta caradura na defesa do riso? Qual tipo de riso? A quem serviu as gargalhadas dos soldados americanos em Abu Ghraib e Guantánamo? Goebbels também era um piadista, pô! E Al Capone também mandava flores. Talvez Freud, que nasceu a 6 de maio, uma coincidência na semana em que a cartilha foi espinafurada, possa explicar os exageros de tantos julgamentos automáticos (pré-juízos, pré-conceitos).

Militante nervoso

O mais incrível nessa história é que a maioria dos críticos não leu a cartilha, contentando-se apenas com o conteúdo e com as reproduções da primeira matéria publicada a respeito dela, no jornal *O Globo* (sábado, 30/4). Daí as bobagens e jaborbagens pronunciadas a respeito do assunto.

É evidente, por exemplo, que seria uma sandice classificar como inadequada em si a expressão "farinha do mesmo saco". De fato, como disse, se não me engano, Zuenir Ventura, dessa forma não se sabe se a ofensa atinge a farinha ou a saco. Ocorre que o verbete sobre essa frase diz o seguinte:

"A expressão, junto com outras semelhantes – 'Todo político é ladrão', 'Os jornalistas são mentirosos', 'Os muçulmanos são terroristas' – ilustra a falsidade e a leviandade das generalizações apressadas, base de quase todos os preconceitos. O fato de haver políticos corruptos, jornalistas imprecisos e muçulmanos extremistas não significa que a totalidade de cada um desses segmentos mereça aquelas respectivas acusações".

"Qual é o pó?", diria Pablo Scholar a respeito desse ponto.

É óbvio que chamar um comunista como Oscar Niemeyer de "comunista" não machuca ninguém, nem muito menos ele, que é mesmo comunista desde criancinha. Mas vá chamar um discípulo do Leonardo Boff (audácia!) de comunista para você ver o que é bom pra tosse. O verbete da cartilha diz que o termo, até recentemente, foi utilizado "para discriminar ou justificar perseguições a qualquer militantes de esquerda ou de causas sociais" e até para justificar genocídios, como na Alemanha nazista ou na Indonésia, em 1965. Isso é um fato, e realmente não deu para entender por que alguns militantes do PC do B ficaram tão irados com a cartilha, logo eles que defendem o projeto de lei do deputado Aldo Rebelo que propõe multas para quem se utiliza de termos de origem estrangeira, certamente uma postura contraditória com a vocação internacionalista do comunismo.

O mais engraçado, no caso dos comunistas, eu li numa carta enviada ao portal Vermelho, na qual um militante muito nervoso afirmou que é um absurdo a proposta de chamar os homossexuais com um estrangeirismo: "gay"!

Houve quem dissesse que, para ser isento, o livreto deveria trazer também o verbete "fascista". Mas traz, uai:

"Fascista – A palavra muitas vezes é utilizada por militantes de esquerda para desqualificar adversários de direita, embora se refira, especificamente, aos adeptos do sistema ditatorial cujas maiores expressões históricas foram os regimes da Itália de Benito Mussolini e a Alemanha de Adolf Hitler, entre as décadas de 20 e 40 do século 20".

Noel Rosa

O editor da revista Primeira Leitura, ligada ao PSDB, é outro que não leu a cartilha. Para fazer graça, e achar motivo para botar a foto da cachorrinha dele na revista, disse que o livresco deveria ter a palavra "burro". Tem, sô:

"Xingamento dirigido a quem se atribui falta de inteligência. Conferir às pessoas supostas características de animais é um dos recursos mais comuns para desqualificá-las".

Já o presidente Lula teria ficado uma arara com o fato da maldita listar a palavra "peão", logo ele, que se considera peão e que gosta de chamar sua turma de "peãozada". É outro que não leu e não gostou, embora a Secretaria Especial dos Direitos Humanos seja diretamente vinculada à Presidência. O verbete respectivo diz o seguinte:

"Peão – O trabalhador braçal, do campo ou da cidade. O termo tem conotação pejorativa quando é utilizado para inferiorizar alguém na hierarquia das classes sociais, como na frase "Isso é coisa de peão", para significar que se trata de atitude de alguém rude, bruto, 'inculto'".

Um verbete em especial ilustra como algumas pessoas gostam de dar palpite sem se inteirar do assunto. É verdade, por exemplo, que a cartilha diz que a expressão "samba do crioulo doido" é utilizada "para discriminar os negros, atribuindo-lhes confusões e trapalhadas". Só que antes dessa afirmação, está dito ali que a expressão é o...

"...título de famoso samba composto pelo genial Sérgio Porto para satirizar o ensino de História do Brasil nas escolas do País, iniciado pela estrofe 'Foi em Diamantina/ Onde nasceu JK/ Que a princesa Leopoldina/ Arresolveu se casá/ Mas Chica da Silva/ Tinha outros pretendentes/E obrigou a princesa/A se casar com Tiradentes/ Lá iá lá iá lá iá'".

Ah, ah, ah!, diria o Stanislaw Ponte Preta, que, para quem não sabe, é o próprio Sérgio Porto. Realmente, há um Festival de Besteira assolando o País!

O meu amigo Armando Mendes, no blog do Noblat, caiu matando, dizendo que a cartilha do "politicamente correto" copia servilmente uma política cultural dos americanos. Meu filho Osvaldo mandou-lhe uma resposta, de gozação, lembrando que, no Brasil, quem inventou o "politicamente correto" foi o Noel Rosa, em 1932, com o samba *Rapaz Folgado*. Prestem atenção na última estrofe:

Deixa de arrastar o teu tamanco / Pois tamanco nunca foi sandália / E tira do pescoço o lenço branco / Compra sapato e gravata / Joga fora esta navalha que te atrapalha

Com chapéu do lado deste rata / Da polícia quero que escapes /
Fazendo um samba-canção / Já te dei papel e lápis / Arranja um amor
e um violão

Malandro é palavra derrotista / Que só serve pra tirar / Todo o valor
do sambista / Proponho ao povo civilizado / Não te chamar de
malandro / E sim de rapaz folgado

Tese de Einstein

Antes de encerrar, e parar de alugar os leitores mais do que fiz, sem querer – diga-se! –, durante uma semana inteira, mais algumas observações.

A execução da cartilha foi uma idéia do subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Perly Cipriano, sensibilizado com o número de reclamações recebidas por ele contra os preconceitos que atingem diversos setores sociais.

Sem ser especialmente adepto do "politicamente correto", sugeri outro título, *O inferno são os outros – Respeito é bom e eu gosto*. Mas o Perly insistiu no *Politicamente Correto*, exatamente por conta da controvérsia que nós dois achamos que a coisa provocaria. Mas, por precaução, ele escreveu na apresentação da cartilha:

"A idéia do título, *Politicamente Correto*, tem, em parte, um sentido provocador. Foi escolhida com o objetivo de chamar a atenção dos formadores de opinião para o problema do desrespeito à imagem e à dignidade das pessoas consideradas diferentes".

No parágrafo seguinte, uma advertência:

"Não queremos promover discriminações às avessas, 'dourando a pílula' para escamotear a amargura dos termos que ofendem, insultam, menosprezam e inferiorizam os semelhantes que consideramos 'os outros'".

É essa advertência que explica por que o verbete de "velho" diz que é preferível chamar as pessoas em idade avançada de "idosos", e por que "melhor idade é uma fórmula ainda mais eufemística do que 'terceira idade' para referir-se à pessoas idosas", que "não contribui para ampliar sua auto-estima nem sua dignidade".

A cartilha *Politicamente Correto & Direitos Humanos*, como a crase do Gullar, não foi feita para humilhar ninguém. Nem para deitar regras. Não tinha como homem-alvo o João Ubaldo Ribeiro nem seus coleguinhas da Academia Brasileira de Letras. Quem não sabe que o João é livre para xingar quem ele quiser?

O livreto foi muito modestamente redigido, certamente com alguns exageros, para alertar algumas pessoas que lidam diariamente com o público de que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República brasileira. Não foi escrito para quem já sabe que os limites da tolerância democrática são os artigos do Código Penal que capitulam os delitos da injúria, calúnia e difamação.

A cartilha não inventa nada. Está conforme o Código de Ética dos Jornalistas e, repito, é muito semelhante aos manuais de redação da *Folha de S.Paulo*, do *Globo*, do *Estado de S.Paulo*.

Francamente, nem eu nem o Perly merecíamos esses 15 ou 16 minutos e meio de fama. Nem ele nem eu somos agentes de um Estado totalitário, pronto para exterminar a liberdade de expressão. O Perly passou vários anos na cadeia, por lutar pelas liberdades democráticas! Eu comecei minha carreira de jornalista no jornal *Movimento*, que já nasceu censurado pela ditadura militar. PQP, Ubaldo!

No centenário do *anno mirabilis* do Einstein, mais uma de suas teses se comprova: "É muito mais difícil desintegrar um preconceito do que um átomo". Esta é a principal lição que até agora eu tirei de toda essa confusão.

Politicamente Correto & Direitos Humanos

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Secretário Especial dos Direitos Humanos

Nilmário Miranda

Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Perly Cipriano

Presidente da Fundação Universitária de Brasília

Edeijavá Rodrigues Lira

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Politicamente Correto

&

Direitos Humanos

Antônio Carlos Queiroz

Brasília, 2004

Presidência da República

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º andar

70064-900 – Brasília, DF.

E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Internet: www.presidencia.gov.br/sedh

@ Copyright: Secretaria Especial dos Direitos Humanos

É permitida a reprodução total ou parcial da publicação, devendo citar menção expressa na fonte de referência. Os conceitos e opiniões nesta obra são de exclusiva responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil/ Printed in Brazil

Distribuição gratuita.

Convênio SEDH nº 147/2003

Tiragem: 5.000

Pesquisa e texto: Antônio Carlos Queiroz

Coordenação gráfica e editorial: Perly Cipriano

Projeto gráfico: Heonir Soares Valentim

Capa: Sandro Canedo

Normalização: Maria Amélia Elizabeth C. Veríssimo

Referência Bibliográfica

QUEIROZ, Antônio Carlos. ***Politicamente correto e direitos humanos.***

Brasília: SEDH, 2004. 88p.

Dados Internacionais de Catalogação na fonte da Publicação

341.27 Queiroz, Antônio Carlos

Q3p Politicamente correto e direitos humanos/ pesquisa e texto:

Antônio Carlos Queiroz. _Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

88p.

1. Direitos humanos, Brasil 2. Direitos humanos, Terminologia, Brasil 3. Direitos humanos, Terminologia

pejorativa I. Brasil. Secretaria Especial dos Direitos

Humanos II. Título:

CDD – 341.27

Apresentação

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República, com vistas a colaborar para a construção de uma cultura de direitos humanos, apresenta a cartilha “Politicamente Correto e Direitos Humanos” como forma de chamar a atenção de toda a sociedade para o que o historiador Jaime Pinsky chamou de “os preconceitos nossos de cada dia”. Todos nós – parlamentares, agentes e delegados da polícia, guardas de trânsito, jornalistas, professores, entre outros profissionais com grande influência social – utilizamos palavras, expressões e anedotas, que, por serem tão populares e corriqueiras, passam por normais, mas que, na verdade, mal escondem preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais. Muitas vezes ofendemos o “outro” por ressaltar suas diferenças de maneira francamente grosseira e, também, com eufemismos e formas condescendentes, paternalistas.

A idéia do título, “Politicamente Correto”, tem, em parte, um sentido provocador. Foi escolhida com o objetivo de chamar a atenção dos formadores de opinião para o problema do desrespeito à imagem e à dignidade das pessoas consideradas diferentes.

Não queremos promover discriminações às avessas, “dourando a pílula” para escamotear a amargura dos termos que ofendem, insultam, menosprezam e inferiorizam os semelhantes que consideramos “os outros”. Ao contrário, neste glossário, apresentamos em primeiro lugar justamente as expressões pejorativas, para depois comentá-las. Com ele, queremos incentivar o debate, fomentar a reflexão, inclusive pela razão simples de que, para alguns de nossos interlocutores, nós é que somos os “diferentes”. Se queremos ser respeitados, devemos respeitar. No mínimo, para cumprir o princípio de que todos os homens e mulheres são iguais, independentemente de origem, cor, sexo, orientação sexual, condição social e econômica, credo religioso, filiação filosófica ou política etc.

Perly Cipriano

Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Atenção: queremos que este livreto seja uma obra em construção, com a colaboração de seus leitores.
Para enriquecer as próximas edições, pedimos a vocês que enviem à Secretaria Especial de Direitos Humanos, por carta, fax ou correio eletrônico sugestões de novos verbetes.
Os números de telefones e endereços são os seguintes:
Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, Sala 20470064-900 – Brasília, DF
Fax: 61 226 7695/ 225 0440
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Introdução

O preconceito nosso de cada dia

Jaime Pinsky *

Preconceito, nunca. Temos apenas opiniões bem definidas sobre as coisas. Preconceito é o outro quem tem...

Mas, por falar nisso, já observou o leitor como temos o fácil hábito de generalizar (e prova disso é a generalização acima) sobre tudo e todos? Falamos sobre “as mulheres”, a partir de experiências pontuais; conhecemos “os políticos”, após acompanhar a carreira de dois ou três; sabemos tudo sobre os “militares” porque o síndico do nosso prédio é um sargento aposentado; discorremos sobre homossexuais (bando de semvergonhas), muçulmanos (gentinha atrasada), sogras (feliz foi Adão, que não tinha sogra nem caminhão), advogados (todos ladrões), professores (pobres coitados), palmeirenses (palmeirense é aquele que não tem classe para ser são-paulino nem coragem para ser corintiano), motoristas de caminhão (grossos), peões de obra (ignorantes), sócios do Paulistano (metidos a besta), dançarinos (veados), enfim, sobre tudo. Mas discorremos de maneira especial sobre raças e nacionalidades e, por extensão, sobre atributos inerentes a pessoas nascidas em determinados países.

Afinal, todos sabemos (sabemos?) que os franceses não tomam banho; os mexicanos são preguiçosos; os suíços, pontuais; os italianos, ruidosos; os judeus, argentários; os árabes, desonestos; os japoneses, trabalhadores, e por aí afora. Sabemos também que cariocas são folgados; baianos, festeiros; nordestinos, miseráveis; mineiros, diplomatas, etc. Sabemos ainda que o negro não tem o mesmo potencial que o branco, a não ser em algumas atividades bem-definidas como o esporte, a música, a dança e algumas outras que exigem mais do corpo e menos da inteligência. Quando nos deparamos com um exceção admitimos que alguém possa ser limpo, apesar de francês; trabalhador, apesar de mexicano; discreto, apesar de italiano; honesto, apesar de árabe; desprendido do dinheiro, apesar de judeu; preguiçoso, apesar de japonês e também por aí afora. Mas admitimos com relutância e em caráter totalmente excepcional.

Politicamente Correto & Direitos Humanos

A

A coisa ficou preta – A frase é utilizada para expressar o aumento das dificuldades de determinada situação, traindo forte conotação racista contra os negros.

Africano – Termo relativo à África, aos seus naturais e habitantes. Sua utilização genérica muitas vezes serve para negar a diversidade de países e povos daquele continente ou para discriminá-los, em geral, inferiorizando-os.

Aidético – Termo discriminador dos portadores do vírus da Aids, ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV). O correto é chamar a pessoa nessa condição de “HIV positiva” ou “soropositiva”, quando não apresenta os sintomas associados à doença, e “pessoa com Aids” ou “doente de Aids”, quando ela já tem aqueles sintomas.

Aleijado – Termo ofensivo, que estigmatiza as pessoas com deficiência física ou mental. Não é correto chamá-las de “pessoas deficientes” ou “excepcionais”, atribuindo-lhes incapacidade absoluta. Nem é pertinente chamá-las de “portadoras de habilidades especiais”, eufemismo que não ajuda a preservar sua dignidade. Em geral, as pessoas nessas condições preferem ser tratadas como “portadoras de deficiência” ou simplesmente “pessoas com deficiência”.

Analfabeto – Condição de quem não sabe ler nem escrever, alvo de grande preconceito e discriminação social no País, o que é sintetizado, por exemplo, na frase “Vá estudar para ser alguém na vida!” Em geral, quem agride os analfabetos costuma responsabilizar a pessoa que não teve a oportunidade de ir à escola e não à sociedade que lhe negou tal oportunidade. Segundo o Censo 2000 do IBGE, 16,7% da população brasileira acima de cinco anos, ou quase 26 milhões de pessoas, são incapazes de ler e de escrever um bilhete simples. Formam um contingente especial de excluídos da cidadania, com menos direitos políticos (não podem ser eleitos a cargos públicos) e menos acesso a empregos e benefícios sociais.

Anão – As pessoas afetadas pelo nanismo são vítimas de um preconceito peculiar: o de sempre serem consideradas engraçadas. Não há nada de

especialmente engraçado ter baixa estatura, fato que não torna ninguém inválido nem diminui sua dignidade.

Apenado – A expressão é utilizada, de maneira incorreta, para designar qualquer pessoa detida pela polícia, mesmo sem ter sido julgada e sentenciada. É preciso reafirmar o princípio da presunção da inocência, definido no inciso LVII do artigo 5º da Constituição Federal, segundo o qual “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

B

Baianada – Expressão pejorativa que atribui aos baianos inabilidade no trânsito e em outras atividades. Trata-se de um preconceito de caráter regional e racial, ao lado de outros como o que imputa a malandragem aos cariocas, a esperteza aos mineiros, a falta de inteligência aos goianos, a orientação homossexual aos gaúchos etc.

Baitola – Palavra de origem nordestina que, junto com “bicha”, “boiola” e outras é utilizada para depreciar os homossexuais. Em respeito às pessoas que sentem atração ou mantêm relações amorosas ou sexuais com pessoas do próprio sexo, utilize as seguintes identificações: gay – para homens e mulheres; entendido (a) – para homens e mulheres; lésbica – para mulheres; travesti e transsexual – para transgêneros; bissexuais – para homens e mulheres.

Bárbaro – Inicialmente para os gregos, em seguida para os romanos, e depois para outros povos que se consideravam civilizados, bárbaro era todo o estrangeiro ou pessoa que não falava o idioma deles. Bárbaro era sinônimo de estranho, cruel, grosseiro, incorreto, malvado, rude, violento; capaz de barbarizar, isto é, de cometer barbárie ou barbaridade. É a expressão mais clássica de discriminação do outro e da xenofobia, a aversão pelos estrangeiros, seus costumes, hábitos e tradições.

Barbeiro – O uso da expressão, no sentido de motorista inábil, obviamente é ofensiva ao profissional especializado em cortar cabelo e aparar barba.

Barraco – Moradia modesta, construída de materiais precários, como a tenda do cigano, a oca do indígena de língua da família tupi-guarani, o cafofo do morador de favela. Seja de alvenaria ou de pau-a-pique, de papelão, palha, tábuas, panos ou folhas de zinco, o inciso XI do artigo 5º da Constituição Federal dispõe que “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”.

Beata – O termo deprecia as mulheres que vão com muita frequência às missas e ofícios da Igreja Católica.

Bêbado, bêbedo, bebum – O dicionário Houaiss registra mais de 80 sinônimos ou termos afins, quase todos pejorativos, para caracterizar os

dependentes de álcool. Por ignorância e preconceito, muita gente menospreza e trata as pessoas nessa condição como fracas de caráter, sem levar em conta que o alcoolismo é uma enfermidade crônica, catalogada desde 1967 na Classificação Internacional das Doenças da Organização Mundial da Saúde, de difícil cura e de graves conseqüências psíquicas, fisiológicas e sociais. Os alcoólicos merecem respeito e cuidados médicos e não discriminação.

Branquelo – Por incrível que pareça, existe no Brasil preconceito racial contra pessoas brancas. Mais fortemente, contra membros das colônias européias no Sul do País. “Branquelo” e “branquelo azedo” são duas das expressões pejorativas contra os brancos.

Bugre – Termo depreciativo do indivíduo de origem indígena, tido como selvagem, rude. Parece que a expressão foi utilizada pela primeira vez no Brasil em 1555, por oficiais da marinha francesa, que estabeleceram numa ilha da Baía da Guanabara a sede da chamada “França Antártica”, para designar os tamoios, um subgrupo do povo Tupinambá, que dominavam grande extensão do litoral brasileiro, desde o norte de São Paulo até Cabo Frio e o Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro. Tinha o sentido de indivíduo rude, selvagem, primário, não-civilizado, não-cristão, herético. Segundo o dicionário Houaiss, a origem da palavra é o nome que os franceses davam, em 1172, a uma seita religiosa de búlgaros, cujos membros eram considerados “heréticos” e “sodomitas”.

Burro – Xingamento dirigido a quem se atribui falta de inteligência. Conferir às pessoas supostas características de animais é um dos recursos mais comuns para desqualificá-las.

C

Cabeça chata – Termo insultuoso, racista, dirigido contra os nordestinos, em especial, os cearenses.

Caipira – A pessoa que vive no campo, na roça. O dicionário Houaiss lista 72 sinônimos de caipira, quase todos de conotação pejorativa, refletindo um forte preconceito da sociedade brasileira. O caipira é tachado de rústico, rude, pouco instruído, cafona, brega, avesso ao convívio social, em oposição às pessoas que vivem nas cidades, consideradas cosmopolitas, elegantes, finas, sofisticadas. Essa última idéia firmou-se no País a partir do início dos anos 60, com a “Marcha para o Oeste” e a construção de Brasília, e foi alimentada pela ideologia da modernização conservadora e do “Brasil Potência”, segundo a qual só haveria progresso e bem-estar social no asfalto das grandes cidades. Depois que esse mito foi destruído pela crise econômica e os problemas decorrentes do inchaço das periferias urbanas, está havendo uma grande revalorização dos valores culturais da vida no interior.

Canceroso – Forma grosseira, indelicada, usada para estigmatizar o portador de câncer, nome genérico de diversas doenças caracterizadas pela proliferação incontrolável das células. Digno é chamá-lo de “portador de câncer” ou “doente de câncer”.

Ceguinho – Expressão de menosprezo, que estigmatiza os cegos. Em geral, as pessoas privadas de visão preferem ser chamadas de cegas em vez de “deficientes visuais”, “portadoras de deficiências visual” ou expressões eufemísticas semelhantes.

Ciganos – Na Europa, o termo “cigano” é considerado pejorativo. Os diversos grupos étnicos que formam o povo cigano preferem outras designações étnicas, como Rom, Sinti e Calon. Do termo Rom (“pessoa”) deriva o nome de sua língua, o romani, um complexo de muitos dialetos de base indo-árica, aparentada ao sânscrito. No Brasil, por preconceito racial, o nome cigano é muitas vezes associado a qualidades negativas (ladrão de cavalo, ladrão de crianças etc). Isso se deve, entre outras razões, ao seu antigo nomadismo, hoje relativo, e ao grande apego que têm à liberdade e à insubmissão às instituições da sociedade envolvente. O origem dos ciganos é controversa, mas em geral aceita-se que a sua diáspora teve início a partir de uma região no noroeste da Índia, há cerca de mil anos, em direção à Turquia, e, a partir do século XV, à Europa Ocidental. Ali teriam ocupado uma região denominada “Pequeno Egito”, na costa leste do mar Negro,

sendo esta a origem de suas denominações em francês (*egyptien=gitan*), espanhol (*gitano*) e inglês (*gypsy*). O curioso é que, segundo o matemático grego Apolônio de Rodes (295 aC-230aC), nessa mesma região teria vivido um povo chamado *Sigunnoi*, nome que deu origem à denominação *cigano* em português. Os primeiros ciganos a chegar ao Brasil – João Torres, a mulher e filhos – foram expulsos de Portugal, em 1574. Muito musicais, os ciganos inspiraram obras primas como as Rapsódias Húngaras, de Franz Liszt, e a ópera Carmen, de Georges Bizet. O ex-presidente Juscelino Kubitschek era neto de um cigano.

Fontes

- Moonen Frans – **Rom, Sinti e Calon – Os assim chamados ciganos** – Etexto

nº 1, Recife, Núcleo de Estudos Ciganos, 2000

- Teixeira, Rodrigo Corrêa - **História dos Ciganos no Brasil** – Etexto nº 2,

Recife, Núcleo de Estudos Ciganos, 2000

Os textos do Núcleo de Estudos Ciganos podem ser acessados no seguinte

endereço eletrônico www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/

Classe baixa – A repetição dessa expressão, graficamente ilustrada pela base da pirâmide que representa os estratos sociais da sociedade de classes, é utilizada para inferiorizar pessoas e naturalizar sua pobreza com o propósito de negar-lhes direitos.

Comunista – Termo utilizado até recentemente para discriminar ou justificar perseguições a qualquer militante de esquerda ou de causas sociais. Desde as revoluções que explodiram na Europa, no final dos anos 40 do século 19, e principalmente depois da Revolução Russa, em 1917, os adeptos do socialismo e do comunismo tornaram-se os principais alvos das polícias dos Estados liberais e dos propagandistas do capitalismo. Contra eles foram inventadas as piores calúnias e insultos, para justificar campanhas de perseguição que resultaram em assassinatos em massa, de caráter genocida, por exemplo, durante o regime nazista na Alemanha; o golpe de Estado de 1965, na Indonésia; e todos os golpes militares ocorridos nos países latino-americanos, incluindo o Brasil, nas décadas de 60 e 70.

Coxo – Palavra estigmatizadora da pessoa que anda de maneira irregular por ser portadora de deficiência em uma ou nas duas pernas. A carga pejorativa do termo também é grande por ser essa uma das designações populares do diabo.

Crioulo – Antiga designação do filho de escravos, hoje é um termo pejorativo e discriminador do indivíduo negro ou afrodescendente.

D

De menor – “De menor” ou “menor” são expressões carregadas de forte preconceito e discriminação, geralmente associadas às crianças e adolescentes pobres, negras, em situação de rua ou que cometem atos infracionais. O termo “menor” constava do antigo Código de Menores, substituído em 1990 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desde então, a palavra foi banida do vocabulário dos defensores dos direitos da infância. Palavras adequadas: criança, adolescente, garoto (a), guri (a), moço (a), menino (a), jovem, piá etc.

Débil mental – Expressão preconceituosa, que estigmatiza os portadores de deficiência ou distúrbio mental. É utilizada, ao lado de “debilóide”, “mongolóide” e outros termos afins para desqualificar as pessoas a quem se atribuir falta de inteligência ou discernimento.

Deficiente – Tratamento generalizador, inadequado para chamar o portador de deficiência física, auditiva, visual ou mental. As expressões respeitadas podem ser “pessoa portadora de deficiência” ou “pessoa com deficiência”. O fato de ter alguma deficiência não torna uma pessoa inválida ou incapaz.

Denegrir ou denigrir – Esse verbo, com o sentido de aviltar, diminuir a pureza, conspurcar, tornou-se ofensivo aos negros e, por essa razão, deve ser evitado.

Detento – Do ponto de vista jurídico, é o indivíduo que cumpre a pena de detenção. No entanto, o termo é utilizado para classificar pejorativamente qualquer pessoa detida pela polícia, mesmo aquela ainda não julgada nem condenada. Nesse caso, tem o mesmo sentido distorcido de “apenado” (ver).

Doido – A palavra, no sentido de louco, é utilizada como xingamento, e, de maneira genérica, para desqualificar as pessoas portadoras de qualquer deficiência mental, mas que não são, necessariamente, portadoras de loucura ou de doença mental.

E

Elemento – Termo muito utilizado, ao lado de outros como marginal (ver), meliante, delinqüente etc, principalmente por policiais e por jornalistas, para desqualificar pessoas suspeitas de praticar delitos. É preciso lembrar que ninguém pode ser considerado culpado até que a sua condenação tenha sido confirmada em última instância pela Justiça, segundo o princípio da presunção da inocência. Esse princípio, firmado pela Revolução Francesa, constitui uma das maiores conquistas do Direito em todos os tempos. (Ver o verbete “Apenado”).

Encostado – Forma pejorativa de chamar o aposentado, o trabalhador licenciado por doença ou incapacidade, e também o desempregado.

Esclerosado – Esclerose é uma patologia caracterizada pelo aumento anormal de tecidos conjuntivos de órgãos como os nervos e o pulmão. O esclerosamento das paredes de determinados vasos sanguíneos pode comprometer a oxigenação do cérebro e provocar danos em algumas de suas funções, deixando o doente com alguma deficiência. Daí a origem do termo “esclerosado” no sentido de “maluco”, “caduco”, “que perdeu o juízo” etc, de que se abusa para discriminar as pessoas idosas, principalmente.

“Está russo” – A expressão original é “Está ruço”, com cê-cedilha, isto é, de coloração pardacenta, enevoadada, utilizada para descrever uma situação difícil, apertada, não resolvida, obscura. Mais recentemente, foi associada aos russos, devido às sucessivas crises por eles enfrentadas e que culminaram no fim da União Soviética, em 1991.

F

Fanático – Conforme o livro “Fases do fanatismo”, organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezzi Pinsky, fanatismo é um termo cunhado no século XVIII para denominar partidários extremistas, exaltados e acríticos de uma causa religiosa ou política. Com base na certeza absoluta e incontestável a respeito de suas verdades, os indivíduos e os grupos fanáticos são levados a praticar violências contra outras pessoas, prejudicando a sua liberdade e atentando contra a sua vida.

Farinha do mesmo saco – A expressão, junto com outras semelhantes – “Todo político é ladrão”, “Os jornalistas são mentirosos”, “Os muçulmanos são terroristas” – ilustra a falsidade e leviandade das generalizações apressadas, base de quase todos os preconceitos. O fato de haver políticos corruptos, jornalistas imprecisos e muçulmanos extremistas não significa que a totalidade de cada um desses segmentos mereça aquelas respectivas acusações. Por outro lado, especialmente na imprensa diária, a utilização de características pessoais do personagem da notícia muitas vezes trai o preconceito do repórter. É comum lembrar os traços étnicos de um ladrão se ele é negro, mas não se for branco. Pouquíssimos jornalistas se referiram ao fato de o presidente George Bush ser metodista quando noticiaram que ele resolveu atacar o Iraque. Mas muitos escreveram e continuam a escrever que os militantes que participam da resistência iraquiana são muçulmanos. É usual adjetivar os partidos palestinos, sem exceção, de terroristas, mas muito raro chamar de terrorista o governo de Israel quando este lança mísseis sobre civis palestinos. Não se trata de evitar ou omitir informações, mas de saber utilizá-las de maneira adequada e precisa, para prevenir o preconceito e a discriminação.

Fascista – A palavra muitas vezes é utilizada por militantes de esquerda para desqualificar adversários de direita, embora se refira, especificamente, aos adeptos do sistema político ditatorial cujas maiores expressões históricas foram os regimes da Itália de Benito Mussolini e a Alemanha de Adolf Hitler, entre as décadas de 20 e 40 do século 20. Algumas de suas características: monopólio da representação política por um partido único de massas; centralização extremada do poder político, com a eliminação das liberdades democráticas, e a montagem de um sistema agressivo de propaganda; eliminação da oposição pela violência e o terror; ideologia baseada no culto ao líder político, na glorificação da coletividade nacional, no ódio racial, no desprezo ao individualismo liberal, na oposição ao comunismo e ao socialismo e na colaboração de classes; dirigismo estatal

[Create PDF with GO2PDF for free, if you wish to remove this line, click here to buy Virtual PDF Printer](#)

das relações econômicas, sociais, políticas e culturais, de acordo com uma lógica totalitária. (ver o verbete “Nazista”)

Funcionário público – O trabalhador do Estado, que exerce ou desempenha alguma função pública; serventuário. Depois de sistemáticas campanhas de desprestígio contra o serviço público, iniciadas no governo Collor (1990-1992), para justificar as políticas do Estado Mínimo do modelo neoliberal, os trabalhadores dos órgãos, entidades ou empresas públicas preferem ser chamados de servidores públicos. Com isso, querem enfatizar que servem ao público mais do que ao Estado.

G

Gilete – Expressão depreciativa das pessoas cuja orientação sexual é dirigida tanto a homens como a mulheres. O termo adequado é bissexual.

Goianada – A exemplo de “baianada”, é um preconceito de caráter regional e racial contra as pessoas naturais de Goiás, a quem se atribui rudeza ou falta de inteligência.

Gringo – Termo utilizado no Brasil para discriminar qualquer estrangeiro. Em alguns países latino-americanos, como o México, refere-se especificamente aos estadunidenses. A palavra tem caráter xenófobo, isto é, serve para expressar menosprezo ou ódio aos estrangeiros.

H

Homossexualismo – É mais adequado utilizar o termo “homossexualidade” em vez de “homossexualismo” para definir a orientação sexual das pessoas que sentem atração ou mantêm relações amorosas ou sexuais com pessoas do próprio sexo. O primeiro termo descreve essa condição de forma neutra, enquanto o segundo, equivocado, tem uma forte carga pejorativa ligada à crença de que a orientação homossexual seria uma doença, uma ideologia ou um movimento político a que as pessoas aderem de maneira voluntária.

Inculto – A rigor, qualquer pessoa tem uma cultura ou visão de mundo e, nesse sentido, carece de sentido considerar que alguém possa ser inculto. O termo é utilizado, no entanto, para desqualificar como incapazes, “burras” (ver), as pessoas que não tiveram acesso à educação formal.

Índio – Designação genérica de qualquer indivíduo cujos ancestrais habitavam as Américas antes da chegada dos europeus, no século 16. O termo foi cunhado pelos navegadores da esquadra de Cristóvão Colombo, quando aportaram no continente em 1492, baseados na crença equivocada de que haviam chegado às Índias. Embora esteja absorvido e seja até motivo de orgulho para muitos membros das comunidades indígenas do Brasil, a expressão é inadequada por se referir a povos muito diferentes entre si e por confundir a ampla diversidade étnica do País. Segundo os modernos estudos de etnografia e antropologia, quando a frota de Pedro Álvares Cabral desembarcou no sul da Bahia, em abril de 1500, o território que hoje conforma o Brasil estava ocupado por populações cujo número total foi calculado entre 1 milhão e 11,5 milhões de pessoas e que, provavelmente, falavam mais de mil línguas diferentes. Alguns desses povos fundaram grandes civilizações na bacia amazônica, com extensas povoações ribeirinhas e domínio de tecnologias sofisticadas de produção, transporte e comunicação. Essas populações chegaram a essas paragens há pelo menos 12 mil anos. Oriundas da Ásia, atravessaram o estreito de Bering, estabeleceram-se na América do Norte e depois migraram para a América do Sul. Outra hipótese, mais controvertida, é que teriam vindo da Austrália, navegando pelas costas das Américas, em época anterior, recuada em até 50 mil anos. Após cinco séculos de guerras contra o domínio, a escravização e a colonização de portugueses e brasileiros, ainda existem no País 235 povos indígenas, que falam 180 línguas diferentes e ocupam 794 terras que perfazem 11% do território nacional. No último Censo Demográfico do IBGE (2000), mais de 734 mil pessoas se autodeclararam indígenas.

J

Judiar – Verbo de conotação pejorativa contra os judeus, originado na leitura dos Evangelhos segundo a qual foram eles, e não os soldados romanos, os que torturaram e assassinaram Jesus Cristo.

L

Ladrão – Atualmente, o termo é mais aplicado a indivíduos pobres. Os ricos são preferencialmente chamados de “corruptos”, o que demonstra que até os xingamentos têm viés classista.

Latino-americanos – A expressão, cunhada por geopolíticos franceses, designa imprecisamente os habitantes dos países situados abaixo dos Estados Unidos, do México à Argentina. A rigor, deveria incluir os canadenses da província canadense do Quebec. E não retrata os povos de língua inglesa de alguns países do Caribe, como Barbados, nem os da Guiana e do Suriname, este último de língua neerlandesa, na América do Sul. O mais curioso, entretanto, é que os brasileiros em geral não se consideram latino-americanos, o que denota um preconceito muito disseminado e uma injustificável auto-exclusão de uma comunidade de nações com características de origem majoritariamente comuns, a cultura ibérica.

Lazarento ou leproso – Duas expressões segregadoras dos doentes da hanseníase e de outras enfermidades da pele, comumente chamadas de lepra. Trata-se de um dos estigmas mais cruéis e antigos do mundo ocidental.

Louco – Assim como doido, o termo é utilizado para insultar, de forma genérica, os portadores de deficiência mental, que não são, necessariamente, portadores de doença ou distúrbio mental. A palavra é também utilizada para reprimir pessoas que, por razões políticas ou antiinstitucionais, manifestam rebeldia.

M

Macumbeiro – Expressão que discrimina o praticante da macumba, culto religioso sincrético de elementos do candomblé, de religiões indígenas e do catolicismo. Por extensão, refere-se aos fiéis das religiões de origem afrobrasileira, como a quimbanda e a umbanda, preconceituosamente chamados de feiticeiros ou bruxos.

Malandro – Antigamente, referia-se ao indivíduo esperto, que não gostava de trabalhar e vivia de expedientes e pequenos golpes. Foi um tipo folclórico que marcou a cena urbana do Rio de Janeiro, cuja extinção foi cantada por Chico Buarque no samba “Homenagem ao malandro”: “Mas o malandro pra valer,/ não espalha/ aposentou a navalha,/ tem mulher e filho e tralha e tal”./ Dizem as más línguas que ele até trabalha/ Mora lá longe e chacoalha/ Num trem da Central”. O fato é que a crise econômica crônica do País, com o desemprego beirando os 20% da população economicamente ativa, enfraqueceu a conotação pejorativa do termo no sentido de vagabundo.

Maluco – Ver os verbetes “Doido” e “Louco”.

Maneta – Palavra depreciativa de pessoa a quem falta um braço ou uma mão. Deve ser evitada, para não ofender. O mesmo se aplica a pernetas (ver).

Marginal – Originalmente, marginal era o indivíduo que vivia à margem do meio social em que deveria estar inserido, desconsiderando os valores, costumes e normas de seu entorno. Na situação de exclusão social estrutural da sociedade brasileira, o termo perdeu o antigo sentido, pois milhões de pessoas, desempregadas nas grandes cidades ou sem terra para cultivar, no campo, encontram-se à beira da marginalidade econômica e social. “Marginal”, como “vagabundo”, acabou se tornando palavra de forte carga ideológica, usada para discriminar os membros das camadas mais pobres da população.

Maria vai com as outras – Expressão preconceituosa contra as mulheres, consideradas de caráter fraco ou sem personalidade.

Melhor idade – Fórmula ainda mais eufemística do que “terceira idade” para referir-se às pessoas idosas. Não contribui para ampliar sua autoestima nem sua dignidade.

Meliante – ver “Elemento”

Menino de rua – O termo é inadequado para designar as crianças e adolescentes que passam os dias nas ruas, pois as estatísticas demonstram que a maioria deles tem alguma relação com amigos ou parentes, ainda que fora do padrão da família tradicional. Meninos em situação de rua é a expressão mais correta.

Menor – Ver o verbete “de menor”.

Menor infrator – Nos meios de comunicação, em geral, a expressão é discriminatória e se refere à criança ou ao adolescente que cometeu ato infracional. É sinônimo de “menor delinqüente”, forma igualmente riscada do dicionário dos defensores dos direitos das crianças e dos adolescentes. Ver o verbete “De menor”.

Minorias – Subgrupos sociais que se consideram ou são considerados diferentes do grupo majoritário ou dominante, devido às suas características étnicas, religiosas, políticas, raciais, e que, por esse motivo, gozam de menos direitos ou são alvo de discriminação e preconceito. É o caso das minorias indígenas, dos ciganos e das colônias formadas por estrangeiros. O termo pode confundir quando é utilizado sem se levar em conta o peso demográfico do grupo referido. Até há pouco tempo, os negros e até as mulheres eram chamados de minoria, a despeito de sua relevância estatística.

Mongol ou mongolóide – Termos ofensivos aos portadores da síndrome de Down, cujas feições faciais lembram as dos habitantes da Mongólia. As pessoas com essa síndrome, caracterizada pela alteração no número padrão de cromossomos, têm suas deficiências mentais e físicas agravadas, se não tiverem tratamento e educação especializada.

Mulato – Filho de mãe branca e pai negro, ou vice-versa. Mestiço de branco, negro ou indígena, de cor parda. Originariamente, na língua espanhola, a palavra se referia ao filhote macho do cruzamento de cavalo com jumenta ou de jumento com égua, daí a sua carga pejorativa. Transposto para o português já com o sentido de mestiço, o termo serviu à ideologia do branqueamento da raça negra e entrou no imaginário popular, pela literatura nativista, para designar a pessoa sedutora, lasciva, inzoneira, sonsa, cheia de artimanhas ditas “tropicais”, um outro estereótipo.

Mulher da vida ou mulher de vida fácil – Eufemismos para caracterizar a profissional do sexo, prostituta.

“Mulher no volante, perigo constante” – Frase preconceituosa contra as mulheres, a quem se atribui menos habilidade no trânsito em comparação com os homens, contrariando, aliás, os levantamentos estatísticos.

N

Nazista – O termo refere-se ao adepto da doutrina do nacional-socialismo alemão, uma variação do fascismo, fundada por Adolf Hitler (1889-1945), e base do regime político da Alemanha entre 1933 e 1945, que provocou a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, é utilizado preconceituosamente, como “fascista” (ver), para desqualificar os adversários políticos de direita, do mesmo modo como o adjetivo “comunista” (ver) é usado para xingar os adversários de esquerda.

Negro – A maioria dos militantes do movimento negro prefere esse termo a “preto”, que o utilizam com orgulho para afirmar os valores da cultura afrobrasileira. O contexto determina o sentido pejorativo das duas expressões. Em certas situações, tanto “negro” como “preto” podem ser altamente ofensivos. Em outras, podem denotar carinho, por exemplo, nos diminutivos “neguinho”, “minha preta” etc.

P

Palhaço – O profissional que vive de fazer as pessoas rirem pode se ofender quando alguém chama de “palhaço” uma terceira pessoa a quem se atribui pouca seriedade a uma atitude sua.

Peão – O trabalhador braçal, do campo ou da cidade. O termo tem conotação pejorativa quando é utilizado para inferiorizar alguém na hierarquia das classes sociais, como na frase “Isso é coisa de peão”, para significar que se trata de atitude de alguém rude, bruto, “inculto” (ver).

Perneta – depreciativo de pessoa a quem falta uma das pernas ou um pé. O mesmo se dá com maneta (ver).

Pessoas especiais – Eufemismo inadequado para se referir às pessoas com deficiência. Do ponto de vista dos direitos humanos, todas as pessoas, sem exceção, são especiais.

Pinel – Sobrenome de célebre psiquiatra francês (Philippe Pinel, 1745-1826) e nome de um hospital psiquiátrico do Rio de Janeiro, o termo passou a designar os doentes mentais e, por extensão, com sentido pejorativo, qualquer pessoa a quem se quer ofender chamando-a de louca ou maluca.

Pivete – Um dos vários termos pejorativos para o adolescente em situação de rua ou que comete atos infracionais. Ver o verbete “De menor”.

Pobre – Embora se refira à condição econômica de quem não dispõe dos meios necessários para garantir suas necessidades básicas de moradia, alimentação e vestuário, esse termo, óbvio, é também utilizado para inferiorizar as pessoas, como se pobreza fosse um fenômeno natural e não uma construção social. O conceito correto de pobreza é relativo às condições econômicas e sociais médias do meio em que o indivíduo considerado vive. Uma pessoa que recebe salário mínimo pode ser pobre numa grande cidade por ter rendimento inferior ao que necessita para pagar o aluguel e a cesta básica. Outra pessoa com o mesmo rendimento, numa cidade interiorana ou na zona rural, pode não estar em situação de pobreza, por não depender exclusivamente de sua renda pessoal, ou por contar com uma rede de proteção social, formada pelos parentes, por exemplo. Não se pode considerar pobre uma comunidade indígena que vive em sua terra tradicional, de acordo com os seus costumes ancestrais. Por outro lado, é pobre outra comunidade indígena, que foi expulsa de sua terra e obrigada a

viver na periferia de um centro urbano, mesmo que as suas casas estejam equipadas com geladeiras, televisores e outros equipamentos modernos.

Político – As frases “todo político é corrupto” e “todos os políticos são farinha do mesmo saco” (ver) não passam de preconceitos de gente mal informada. Por essa razão, muitos políticos demagógicos e populistas propagandeiam que não “políticos tradicionais”, explorando a ignorância e a ingenuidade da gente despolitizada.

Portador de necessidades especiais – Outro eufemismo a ser evitado em referência à pessoa com deficiência. A expressão é utilizada corretamente na área da educação para designar o estudante carente de atenção especial para seu desenvolvimento escolar. Nesse caso, contudo, não se restringe às pessoas com deficiência. Abrange também os alunos “superdotados”.

Preso – Tecnicamente, é a pessoa condenada sob custódia do Estado numa penitenciária ou cadeia pública. Entretanto, abusa-se do termo em referência a qualquer pessoa detida, ainda que temporariamente, sem condenação. Essa condição pode estigmatizá-la pelo resto da vida.

Preto – Ver o verbete “Negro”

Preto de alma branca – Um dos slogans mais terríveis da ideologia do branqueamento no País, que atribui valor máximo à raça branca, e mínimo aos negros. “Apesar de ser preto, é gente boa” e “É negro, mas tem um grande coração” são variações dessa frase altamente racista, segregadora.

Prostituição infantil – Expressão inadequada para caracterizar a exploração sexual infantil, por atribuir um nível de consciência e voluntariedade que nem sempre a criança ou o adolescente tem diante de uma situação de que é vítima. Isso não quer dizer, evidentemente, que a prostituição adulta também não implique exploração.

R

Retardado – Termo insultuoso aos portadores de deficiência mental, a ser evitado.

Roceiro – Ver o verbete “Caipira”.

S

Samba do crioulo doido – Título de famoso samba composto pelo genial Sérgio Porto para satirizar o ensino de História do Brasil nas escolas do país, iniciado pela estrofe “Foi em Diamantina / Onde nasceu JK/ Que a princesa Leopoldina / Arresolveu se casá/ Mas Chica da Silva / Tinha outros pretendentes/ E obrigou a princesa / A se casar com Tiradentes// Lá iá lá iá lá iá / O bode que deu vou te contar”. A frase passou também a ser usada para discriminar os negros, atribuindo-lhes confusões e trapalhadas.

Sapatão – Expressão usada para discriminar as lésbicas, as mulheres homossexuais. “Entendidas” e “lésbicas” são termos adequados.

Selvagem e silvícola – Ambas são expressões pejorativas ainda muito usadas para desqualificar os indígenas. Para muitos habitantes de centros urbanos, os índios são pessoas que vivem no mato, vestem tangas e utilizam cocares. Em confronto com esse estereótipo, um índio que saiu de sua aldeia e veste calça jeans deixou de ser índio e se tornou “civilizado”. Em comparação, nunca um militante ecológico alemão que decide viver numa aldeia indígena deixará de ser alemão. O termo silvícola constou das Constituições de 34, 46 e 67 e ainda está presente no texto da Lei 6.001/73, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, em vigor. É expressão corrente nos processos e acórdãos dos tribunais do País.

Surdo-mudo – Termo inadequado e cada vez menos utilizado para designar os surdos. O surdo, que em geral tem o aparelho fonador intacto, só se torna mudo se não receber tratamento adequado nem freqüentar uma escola especializada. Não está, portanto, condenado a ser mudo.

T

Traveco – Expressão usada para discriminar as travestis. Tratamentos respeitosos são “travestis” ou “transsexuais”.

Tuberculoso – Termo que estigmatiza o portador ou doente de tuberculose.

Tupiniquim – Referência usual ao povo brasileiro, quase sempre com sentido pejorativo, na acepção de atrasado, selvagem, indolente, chinfrim. Trata-se do nome de um povo indígena de língua tupi-guarani, que vive em três áreas no litoral do Espírito Santo e em uma no Sul da Bahia.

Turco – Termo genérico para designar os imigrantes árabes em geral, mas, em especial, os sírios e libaneses, que portavam, no início do século 20, passaportes emitidos pelo Império Otomano, governado pelos turcos. O vendedor ambulante ou mascate é a figura estereotipada do “turco”, como em alguns romances de Jorge Amado.

V

Vadia – Palavra usada para discriminar as prostitutas. Ver o verbete “Mulher da vida”.

Veado – Uma das referências mais comuns e preconceituosas aos homossexuais masculinos. As expressões adequadas são gay, entendido, homossexual.

Velho – As pessoas idosas preferem ser tratadas com o termo “idoso” no lugar de “velho”, por causa da carga pejorativa associada a essa última palavra, relacionada a obsoleto, inútil, fora de moda.

X

Xiíta – Fiel de um dos dois principais ramos do islamismo, que se baseia na doutrina de que os sucessores do profeta Maomé, o fundador da religião, deveriam ser obrigatoriamente seus descendentes consangüíneos. Por essa razão, os xiítas acabaram se tornando mais ortodoxos do que os seus rivais os sunitas, dando origem, no Brasil, ao termo pejorativo que caracteriza os militantes políticos tidos como radicais e inflexíveis.